DIÁRIO OFICIAL



Prefeitura Municipal de Correntina

ÍNDICE

AVISO
AVISO DE LICITAÇÃO 038/2026 .....
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 039/2026 .....

DECRETO
DECRETO Nº 377-378/2026 - DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA DAS SERVIDORAS. .....

OUTROS
CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)-008-2026 (QD-19 LT-01). .....
CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)-083-2026. .....

TERMO ADITIVO
ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 581/2025 .....

CONTRATO
CONTRATO 542 .....
CONTRATO 543 .....

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA N 054 .....

PORTARIA
PORTARIA Nº 26/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE APOS. VOLUNTÁRIA POR IDADE À SERVIDORA E PORTARIA Nº 27/2026 - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL PROFESSOR(A) À SERVIDORA. .....

AVISO DE LICITAÇÃO 038/2026

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

O Município de Correntina/BA torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 038/2026**, pelo critério de julgamento de **menor preço global,** para **registro de preços para o** fornecimento de bombas d'água centrífugas, submersas e multiestágios, eletrobombas solares e inversores de frequência, incluindo os acessórios previstos nas especificações de cada item, destinados à manutenção e ampliação dos sistemas de captação e bombeamento de água, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Município de Correntina/BA, conforme condições, quantitativos e especificações estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

Limite para cadastramento das propostas: 11 de novembro de 2026, às 08:00, horário de Brasília. **Abertura da sessão pública:** 11 de novembro de 2026, às 09:00, na plataforma https://bnc.org.br/.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na plataforma BNC, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial do Município. Informações pelo e-mail: licita@correntina.ba.gov.br.

Correntina/BA, 21 de setembro de 2026.

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 039/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO nº 039/2026
COM BASE NA da Lei 14.133/2021

O Município de Correntina, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar Registro de preços para futura e eventual aquisição de café, nas apresentações descafeinado, gourmet em grãos, solúvel e torrado e moído, com fornecimento parcelado, destinado ao atendimento das necessidades de todas as Secretarias Municipais de Correntina/BA e de suas respectivas unidades administrativas, conforme condições, quantitativos e especificações estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos. Podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 11/11/2026 às 08:00h. **A proposta de Preços deverá ser cadastrada no site https://bnc.org.br/ até a data limite. O Edital/Termo de Referência do Pregão Eletrônico estará disponível no Site Oficial do Município https://doem.org.br/ba/correntina, Outras informações: licita@correntina.ba.gov.br. Correntina - Bahia, 20 de outubro de 2026. Cassimiro Castro e Silva – Prefeito em Exercício.**

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

DECRETO Nº 377-378/2026 - DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA DAS SERVIDORAS.

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

DECRETO Nº 377/2026
De 23 de outubro de 2026

"Dispõe sobre Aposentadoria da Servidora **REGINA LÚCIA LOPO** e dá outras providências".

O **Prefeito Municipal de Correntina,** Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e considerando o preenchimento dos requisitos legais contidos no artigo 19, I, II e III, art. 44, § 6º, da Lei Complementar nº 020/2009 c/c art. 40, §1º, III, §§ 3º e 8º, da Constituição Federal (direito adquirido) e art. 51, III, da Lei Complementar Municipal nº 055/2022; considerando o requerimento firmado pela segurada/requerente e, considerando ainda, os autos do Processo Administrativo do IMUPRE nº 43.2026,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aposentada voluntariamente por idade, a servidora REGINA LÚCIA LOPO, inscrita no CPF nº 460.533.601-04, efetiva no cargo de Enfermeiro(a), Nível SUP – Classe B, matrícula n.º 6661, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos calculados pela média aritmética simples das 80% maiores remunerações de todo período contributivo, multiplicado pela proporcionalidade do tempo de contribuição com o tempo necessário para o benefício, considerando o tempo total de contribuição ratificado de 20 anos, nos termos do 19, I, II e III, art. 44, § 6º, da Lei Complementar nº 020/2009 c/c art. 40, § 1º, III, §§ 3º e 8º, da Constituição Federal (direito adquirido) e art. 51, III, da Lei Complementar Municipal nº 055/2022, conforme descrição na tabela abaixo:

APURAÇÃO DOS PROVENTOS	
Salário	R$ 5.451,12
Quinquênio 15%	R$ 817,67
Remuneração do Servidor no Cargo Efetivo	R$ 6.268,79
APURAÇÃO DA MÉDIA ARITMÉTICA	
Valor Médio Apurado	1.046.154,60/180 = 5.811,97
Tempo de Contribuição	7.499 (20 Anos, 06 Meses e 19 Dias)
Tempo Necessário para Aposentadoria	10.950 dias (mulher)
Proporção do Benefício	(7.499/10.950)*100 = 68,4840%
Valor do Provento Apurado pela Média Aritmética/Provento Integral = R$ 5.811,97 * 68,4840% (Provento Proporcional)	R$ 3.980,27
Valor dos Proventos	**R$ 3.980,27**

Art. 2º. O benefício será reajustado na mesma data e percentuais aplicáveis aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (sem paridade), conforme dispõe o artigo 13, da Lei Complementar nº 055/2022.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/10/2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Correntina - Bahia, 23 de outubro de 2026.

CASSIMIRO CASTRO E SILVA
Decreto Legislativo nº 149/2026
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

DECRETO Nº 378/2026
De 23 de outubro de 2026

"Dispõe sobre Aposentadoria da Servidora **ZULMIRA SILVA FAISLON** e dá outras providências".

O **Prefeito Municipal de Correntina,** Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e considerando o preenchimento dos requisitos legais contidos no artigo 18, I, II, III, IV e V, §§ 1º, 2º e 3º, parágrafo único, c/c art. 20 I, "a" e "b" e § 2º e art. 22, I da Lei Complementar Municipal nº 055/2022 (art. 4º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, III, §§ 5º, 6º e 7º, da EC nº 103/2019); considerando o requerimento firmado pela segurada/requerente e, considerando ainda, os autos do Processo Administrativo do IMUPRE nº 22.2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aposentada voluntariamente por tempo de contribuição – Especial Professor(a), a servidora ZULMIRA SILVA FAISLON, inscrita no CPF nº 400.737.425-20, efetiva no cargo de Professor(a), Nível V – Classe F – 40H, matrícula n.º 2782, lotada na Secretaria de Educação, com proventos integrais, contidos na tabela abaixo, conforme planilha de cálculo emitida no âmbito do Processo Administrativo nº 22/2026, até posterior deliberação:

Composição dos proventos	Valor
Salário	R$ 8.497,13
Quinquênio 25%	R$ 2.124,28
Total dos proventos	**R$ 10.621,41**

Art. 2º. O benefício será reajustado, para preservar-lhe o valor real, na mesma data e pelos mesmos índices aplicados aos servidores municipais em atividade (pela paridade), conforme artigo 22, inciso I, da Lei Complementar nº 055/2022.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º/10/2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Correntina - Bahia, 23 de outubro de 2026.

CASSIMIRO CASTRO E SILVA
Decreto Legislativo nº 149/2026
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)-008-2026 (QD-19 LT-01).

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)
MUNICÍPIO DE CORRENTINA/BA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 015/2025
CRF Nº: 008/2026
DATA DE EMISSÃO: 22/10/2026

O MUNICÍPIO DE CORRENTINA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os artigos 30 e 41 da Lei Federal nº 13.465/2017 e o artigo 38 do Decreto Presidencial nº 9.310/2018, CERTIFICA que, atendidos INTEGRALMENTE todos os requisitos legais, foi aprovada a regularização fundiária de núcleo urbano informal, nos termos desta CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF).

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E DO NÚCLEO URBANO

INFORMAÇÕES BÁSICAS	DADOS
Procedimento Administrativo nº	015/2025
Nome do núcleo urbano regularizado	LOTEAMENTO SÃO MANOEL
Confrontantes da área total:	Ao Norte com o Rio Arrojado, ao Sul com a Rua Sem Nome, Rua Roseno Gomes Pereira e Confrontante não Identificado, ao Leste com a Rua da Igreja e Área Remanescente de José Neri de Castro e ao Oeste com a Rua Sem Nome e Confrontante Não Identificado.
Demarcação urbanística	(X) Não foi necessária a realização de demarcação urbanística ( ) Demarcação urbanística realizada nos termos do artigo 11, IV, da Lei nº 13.465/2017, conforme Decreto Municipal nº 314/2025 de 09 de maio de 2025, planta e memorial anexos

2. CLASSIFICAÇÃO E MODALIDADE

CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO	MODALIDADE
Organização do núcleo	(X) Parcelamento do solo ( ) Condomínio edilício ou de lotes ( ) Conjunto habitacional
Tipo de regularização	(X) REURB-S (Interesse Social) ( ) REURB-E (Interesse Específico)
Rito aplicado	( ) Rito ordinário, nos termos dos artigos 35 a 41 da Lei nº 13.465/2017

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO	MODALIDADE
	(X) Reurb inominada, nos termos do artigo 69 da Lei nº 13.465/2017

3. RESPONSABILIDADE DAS OBRAS E SERVIÇOS

( ) Com relação ao projeto urbanístico, consta no memorial o sistema viário, as unidades imobiliárias autônomas, quadras e as suas subdivisões em lotes, o memorial com área, confrontantes, geolocalização do perímetro total, nome das ruas, inscrição imobiliária de cada unidade, áreas e edifícios públicos. As medidas de adequação, de mobilidade, de acessibilidade, de infraestrutura serão delineadas de acordo com as políticas públicas e restrições orçamentárias, cujo cronograma será definido pelo Poder Público Municipal. Não foi notado nenhuma situação de risco ambiental sensível, bem como a regularização jurídica dos imóveis, trará mais elementos e dados para implementação da infraestrutura essencial de abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, energia elétrica domiciliar.

(X) Dispensado cronograma de obras e serviços, considerando que se trata de área urbana consolidada, nos termos do artigo 16-C, §2º, da Lei nº 13.465/2017, não havendo compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.

(X) Núcleo urbano implantado e integrado à cidade, nos termos do artigo 69 da Lei nº 13.465/2017.

(X) Dispensa do PRF por se tratar de núcleo inserido nas hipóteses definidas no § 1º do Art. 31 do Decreto nº 9.310/2018.

4. SITUAÇÃO REGISTRAL

INFORMAÇÕES REGISTRAIS	DADOS
Matrícula da área regularizada	(X) Foi identificada a matrícula nº 2733,2591,1372 ( ) Não foi identificada matrícula
Notificação de interessados	Foi realizada a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, nos termos do artigo 20 da Lei nº 13.465/2017, não havendo impugnação no prazo legal

5. UNIDADES IMOBILIÁRIAS REGULARIZADAS

Uma casa residencial, situada na Rua Vanderlino Ramos, s/nº, no Loteamento São Manoel, construção em alvenarias, tipo comum, fachada de 6,50 metros, com uma porta e uma janela de ferro, CONTENDO: uma área, duas salas, três quartos, uma cozinha, um banheiro e quintal, com área construída de 70,00 m² e respectivo terreno:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

LOTE: 01 DA QD-19: com área de **190,92 m²** e perímetro de **73,03 m**, medindo e limitando-se: **6,27** metros de frente com a Rua Vanderlino Ramos; **5,44** metros de fundo com Parte do Lote 10-B; **30,58** metros do lado direito com o Lote 01-A; e, **30,74** metros do lado esquerdo com a Rua 7 de Setembro.

5.1. AVALIAÇÃO DO IMÓVEL
Foi atribuído o valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

5.2. LISTAGEM DE OCUPANTES
Segue abaixo a listagem completa de ocupantes com a classificação individual de cada ocupante, cuja confecção deu-se a requerimento do próprio beneficiário e que foram catalogados e arquivados em pasta própria todos os documentos de identificação e comprovação do estado de posse com função social:

Quadra	Lote	Beneficiário	Classificação	Direito Real Outorgado
19	**01**	**Ana Glória de Jesus Ribeiro**, brasileira, solteira. maior, Guarda Municipal, inscrita no RG/CPF sob o nº 777.631.221-53, filha de João da Rocha Ribeiro e Corcina Rosa de Jesus Ribeiro; **Ins. Imobiliária: 02.01.019.0266.001**	**REURB-S**	**Legitimação fundiária**

Observação: As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela REURB, sejam imóveis particulares ou bens públicos, serão objeto de regularização diferida a ser promovida em momento posterior ao registro desta CRF.

6. REQUERIMENTO FINAL
Pelo exposto, REQUER que sejam realizados todos os atos necessários para o registro da CRF, aplicando-se, por eventualidade, o saneamento diferido de informações que eventualmente não constem no presente título.

Correntina-BA, 22 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

Ismael Ribeiro dos Santos Neto
Coordenador da Comissão de Regularização Fundiária
Decreto Municipal nº 288/2025

PARA USO EXCLUSIVO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Prenotação nº: _____
Data: _____
Matrícula(s) resultante(s): _____
Observações:

Oficial de Registro de Imóveis

OBSERVAÇÕES LEGAIS:

1. **Esta CRF constitui título hábil para registro da regularização fundiária aprovada, nos termos do art. 42 da Lei nº 13.465/2017.**
2. **O registro da CRF produzirá efeito de instituição e especificação de condomínio, quando for o caso, regido pelas disposições legais específicas.**
3. **O registro da CRF dispensa a comprovação do pagamento de tributos ou penalidades tributárias de responsabilidade dos legitimados, nos termos do §3º do art. 44 da Lei nº 13.465/2017.**

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-12, LT-06-A LOTEAMENTO SÃO MANOEL — Processo Administrativo nº 015/2025

Senhor(a) ELISMAR SANTANA DA SILVA COSTA,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA,15 de setembro de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Elismar Santana da Silva Costa

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-12, LT-06 LOTEAMENTO SÃO MANOEL — Processo Administrativo nº 015/2025

Senhor(a) UBIRACI DE JESUS,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 15 de setembro de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

x Ubiraci de Jesus

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-12, LT-06-B LOTEAMENTO SÃO MANOEL — Processo Administrativo nº 015/2025

Senhor(a) JOSÉ PEREIRA DA SILVA,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 15 de setembro de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

José Pereira da Silva

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)
MUNICÍPIO DE CORRENTINA/BA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 015/2025
CRF Nº: 009/2026
DATA DE EMISSÃO: 22/10/2026

O MUNICÍPIO DE CORRENTINA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os artigos 30 e 41 da Lei Federal nº 13.465/2017 e o artigo 38 do Decreto Presidencial nº 9.310/2018, CERTIFICA que, atendidos INTEGRALMENTE todos os requisitos legais, foi aprovada a regularização fundiária de núcleo urbano informal, nos termos desta CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF).

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E DO NÚCLEO URBANO

INFORMAÇÕES BÁSICAS	**DADOS**
Procedimento Administrativo nº	**015/2025**
Nome do núcleo urbano regularizado	**LOTEAMENTO SÃO MANOEL**
Confrontantes da área total:	Ao Norte com o Rio Arrojado, ao Sul com a Rua Sem Nome, Rua Roseno Gomes Pereira e Confrontante não Identificado, ao Leste com a Rua da Igreja e Área Remanescente de José Neri de Castro e ao Oeste com a Rua Sem Nome e Confrontante Não Identificado.
Demarcação urbanística	**(X) Não foi necessária a realização de demarcação urbanística** **( ) Demarcação urbanística realizada nos termos do artigo 11, IV, da Lei nº 13.465/2017, conforme Decreto Municipal nº 314/2025 de 09 de maio de 2025, planta e memorial anexos**

2. CLASSIFICAÇÃO E MODALIDADE

CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO	**MODALIDADE**
Organização do núcleo	**(X) Parcelamento do solo** **( ) Condomínio edilício ou de lotes** **( ) Conjunto habitacional**
Tipo de regularização	**(X) REURB-S (Interesse Social)** **( ) REURB-E (Interesse Específico)**
Rito aplicado	**( ) Rito ordinário, nos termos dos artigos 35 a 41 da Lei nº 13.465/2017**

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO	MODALIDADE
	(X) Reurb inominada, nos termos do artigo 69 da Lei nº 13.465/2017

3. RESPONSABILIDADE DAS OBRAS E SERVIÇOS

( ) Com relação ao projeto urbanístico, consta no memorial o sistema viário, as unidades imobiliárias autônomas, quadras e as suas subdivisões em lotes, o memorial com área, confrontantes, geolocalização do perímetro total, nome das ruas, inscrição imobiliária de cada unidade, áreas e edifícios públicos. As medidas de adequação, de mobilidade, de acessibilidade, de infraestrutura serão delineadas de acordo com as políticas públicas e restrições orçamentárias, cujo cronograma será definido pelo Poder Público Municipal. Não foi notado nenhuma situação de risco ambiental sensível, bem como a regularização jurídica dos imóveis, trará mais elementos e dados para implementação da infraestrutura essencial de abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, energia elétrica domiciliar.

(X) Dispensado cronograma de obras e serviços, considerando que se trata de área urbana consolidada, nos termos do artigo 16-C, §2º, da Lei nº 13.465/2017, não havendo compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.

(X) Núcleo urbano implantado e integrado à cidade, nos termos do artigo 69 da Lei nº 13.465/2017.

(X) Dispensa do PRF por se tratar de núcleo inserido nas hipóteses definidas no § 1º do Art. 31 do Decreto nº 9.310/2018.

4. SITUAÇÃO REGISTRAL

INFORMAÇÕES REGISTRAIS	DADOS
Matrícula da área regularizada	(X) Foi identificada a matrícula nº 2733,2591,1372 ( ) Não foi identificada matrícula
Notificação de interessados	Foi realizada a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, nos termos do artigo 20 da Lei nº 13.465/2017, não havendo impugnação no prazo legal

5. UNIDADES IMOBILIÁRIAS REGULARIZADAS

Uma casa residencial, situada na Rua Antônio Lopes, s/nº, no Loteamento São Manoel, construção em alvenarias, tipo comum, fachada de 5,00 metros, com uma porta de madeira, CONTENDO: uma sala, dois quartos, dois banheiros, uma cozinha, e quintal, com área construída de 30,00 m² e respectivo terreno:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

LOTE: 06-A DA QD-12: com área de **162,46 m²** e perímetro de **61,55 m**, medindo e limitando-se: **6,90** metros de frente com a Rua Antônio Lopes; **6,64** metros de fundo com Parte do Lote 06; **24,07** metros do lado direito com o Lote 06-B; e, **23,94** metros do lado esquerdo com a Rua da Igreja.

5.1. AVALIAÇÃO DO IMÓVEL
Foi atribuído o valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)

5.2. LISTAGEM DE OCUPANTES
Segue abaixo a listagem completa de ocupantes com a classificação individual de cada ocupante, cuja confecção deu-se a requerimento do próprio beneficiário e que foram catalogados e arquivados em pasta própria todos os documentos de identificação e comprovação do estado de posse com função social:

Quadra	Lote	Beneficiário	Classificação	Direito Real Outorgado
12	**06-A**	**Elismar Santana da Silva costa**, brasileiro, solteiro, maior, lavrador, inscrito no RG sob o nº 1604999250 SSP/BA e no CPF sob o nº 863.011.575-08, filho Sivaldo dos Santos Costa e Maria Santana da Silva; **Ins. Imobiliária: 02.01.012.0128.001**	**REURB-S**	**Legitimação fundiária**

Observação: As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela REURB, sejam imóveis particulares ou bens públicos, serão objeto de regularização diferida a ser promovida em momento posterior ao registro desta CRF.

6. REQUERIMENTO FINAL
Pelo exposto, REQUER que sejam realizados todos os atos necessários para o registro da CRF, aplicando-se, por eventualidade, o saneamento diferido de informações que eventualmente não constem no presente título.

Correntina-BA, 22 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

Ismael Ribeiro dos Santos Neto
Coordenador da Comissão de Regularização Fundiária
Decreto Municipal nº 288/2025

PARA USO EXCLUSIVO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Prenotação nº: _____
Data: _____
Matrícula(s) resultante(s): _____
Observações:

_____
_____
_____

Oficial de Registro de Imóveis

OBSERVAÇÕES LEGAIS:

1. **Esta CRF constitui título hábil para registro da regularização fundiária aprovada, nos termos do art. 42 da Lei nº 13.465/2017.**
2. **O registro da CRF produzirá efeito de instituição e especificação de condomínio, quando for o caso, regido pelas disposições legais específicas.**
3. **O registro da CRF dispensa a comprovação do pagamento de tributos ou penalidades tributárias de responsabilidade dos legitimados, nos termos do §3º do art. 44 da Lei nº 13.465/2017.**

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-19, LT-01 LOTEAMENTO SÃO MANOEL — Processo Administrativo nº 015/2025

Senhor(a) ANA GLÓRIA DE JESUS RIBEIRO,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo *urbano informal*], *NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias*, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação *não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;*

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, *quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.*

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e silva
Prefeito Interino Municipal

Ana Glória de Jesus Ribeiro
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-19, LT-01-A LOTEAMENTO SÃO MANOEL — Processo Administrativo nº 015/2025

Senhor(a) PEDRO SILVA PEREIRA,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Pedro Silva Pereira

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e silva
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-19, LT-10-B LOTEAMENTO SÃO MANOEL — Processo Administrativo nº 015/2025

Senhor(a) SIVALDO DOS SANTOS COSTA,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo *urbano informal*], *NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias*, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação *não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;*

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, *quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.*

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente, Sivaldo dos Santos Costa

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e silva
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

DECLARAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORRENTINA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017,

DECLARA, para os devidos fins, especialmente para instrução de procedimento de Regularização Fundiária Urbana (REURB), que:

O Núcleo Urbano denominado Loteamento São Manoel, localizado no território do Município de Correntina/BA, configura-se como núcleo urbano informal consolidado, caracterizado por ocupação urbana irregular implantada anteriormente a 22 de dezembro de 1979, sendo classificado como objeto de Regularização Fundiária Urbana inominada (REURB - inominada), nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 13.465/2017.

Declaro, ainda, que há indícios documentais, testemunhais e/ou históricos que comprovam a existência consolidada do núcleo em data anterior à referida.

E, para que produza os efeitos legais, firmo a presente declaração.

Correntina/BA, 22 de outubro de 2026.

_____
CASSEMIRO CASTRO E SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)-083-2026.

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)
MUNICÍPIO DE CORRENTINA/BA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2025
CRF Nº: 083/2026
DATA DE EMISSÃO: 22/10/2026

O MUNICÍPIO DE CORRENTINA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os artigos 30 e 41 da Lei Federal nº 13.465/2017 e o artigo 38 do Decreto Presidencial nº 9.310/2018, CERTIFICA que, atendidos INTEGRALMENTE todos os requisitos legais, foi aprovada a regularização fundiária de núcleo urbano informal, nos termos desta CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF).

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E DO NÚCLEO URBANO

INFORMAÇÕES BÁSICAS	DADOS
Procedimento Administrativo nº	001/2025
Nome do núcleo urbano regularizado	LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO
Localização do núcleo urbano	Ao Norte com o Riacho Vermelho, ao Sul com a Rua Aleixo Caetano, ao Leste com o Riacho Vermelho e ao Oeste com a Rua Lomanto Júnior.
Demarcação urbanística	(X) Não foi necessária a realização de demarcação urbanística ( ) Demarcação urbanística realizada nos termos do artigo 11, IV, da Lei nº 13.465/2017, conforme Decreto Municipal nº 481/2025, 11/09/2025, planta e memorial anexos

2. CLASSIFICAÇÃO E MODALIDADE

CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO	MODALIDADE
Organização do núcleo	(X) Parcelamento do solo ( ) Condomínio edilício ou de lotes ( ) Conjunto habitacional
Tipo de regularização	( ) REURB-S (Interesse Social) (X) REURB-E (Interesse Específico)
Rito aplicado	( ) Rito ordinário, nos termos dos artigos 35 a 41 da Lei nº 13.465/2017 (x) Reurb inominada, nos termos do artigo 69 da Lei nº 13.465/2017

3. RESPONSABILIDADE DAS OBRAS E SERVIÇOS

( ) Com relação ao projeto urbanístico, consta no memorial o sistema viário, as unidades imobiliárias autônomas, quadras e as suas subdivisões em lotes, o memorial com área, confrontantes, geolocalização do perímetro total, nome das ruas, inscrição imobiliária de cada unidade, áreas e edifícios públicos. As medidas de adequação, de mobilidade, de acessibilidade, de infraestrutura serão delineadas de acordo com as políticas públicas e restrições orçamentárias, cujo cronograma será definido pelo Poder Público Municipal. Não foi notado nenhuma situação de risco ambiental sensível, bem como a regularização jurídica dos imóveis, trará mais elementos e dados para implementação da infraestrutura essencial de abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, energia elétrica domiciliar.
(X) Dispensado cronograma de obras e serviços, considerando que se trata de área urbana consolidada, nos termos do artigo 16-C, §2º, da Lei nº 13.465/2017, não havendo compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.
(X) Núcleo urbano implantado e integrado à cidade, nos termos do artigo 69 da Lei nº 13.465/2017.
(X) Dispensa do PRF por se tratar de núcleo inserido nas hipóteses definidas no § 1º do Art. 31 do Decreto nº 9.310/2018.

4. SITUAÇÃO REGISTRAL

INFORMAÇÕES REGISTRAIS	DADOS
Matrícula da área regularizada	(X) Foi identificada a matrícula nº 668 ( ) Não foi identificada matrícula
Notificação de interessados	Foi realizada a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, nos termos do artigo 20 da Lei nº 13.465/2017, não havendo impugnação no prazo legal

5. UNIDADES IMOBILIÁRIAS REGULARIZADAS

Uma casa residencial, situada na Rua Lomanto Júnior, nº 115, no Loteamento Centro Histórico, nesta cidade, construção em blocos cerâmico e laje, tipo comum, fachada de 6,25 metros, com um portão de correr de ferro, **CONTENDO**: uma garagem, uma sala, três quartos, uma cozinha, um banheiro, uma área de serviço e quintal com área construída de 131,51 m² e respectivo terreno:

LOTE 18 da QD-28 com área de **159,01 m²**, e perímetro de **62,15 m**, medindo e limitando-se: **6,65** metros de frente com a Rua Lomanto Júnior; **7,18** metros de fundo com o Riacho Vermelho; **22,37** metros do lado direito com o Lote 19; e, **25,95** metros do lado esquerdo com o Lote 17.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

5.1. AVALIAÇÃO DO IMÓVEL
Foi atribuído o valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

5.2. LISTAGEM DE OCUPANTES
Segue abaixo a listagem completa de ocupantes com a classificação individual de cada ocupante, cuja confecção deu-se a requerimento do próprio beneficiário e que foram catalogados e arquivados em pasta própria todos os documentos de identificação e comprovação do estado de posse com função social:

Quadra	Lote	Beneficiário	Classificação	Direito Real Outorgado
28	**14**	**Murilo Marcos Silva da Rocha**, brasileiro, solteiro, maior, servidor público, inscrito no RG sob o nº 1653571349 SSP/BA e no CPF sob o nº 858.571.765-30, filho de Valtoir da Rocha Gomes e Ana Rita Santos da Silva; **Ins. Imobiliária: 01.01.021.0176.001**	**REURB-E**	**Legitimação fundiária**

Observação: As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela REURB, sejam imóveis particulares ou bens públicos, serão objeto de regularização diferida a ser promovida em momento posterior ao registro desta CRF.

6. REQUERIMENTO FINAL
Pelo exposto, REQUER que sejam realizados todos os atos necessários para o registro da CRF, aplicando-se, por eventualidade, o saneamento diferido de informações que eventualmente não constem no presente título.

Correntina-BA, 22 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

Ismael Ribeiro dos Santos Neto
Coordenador da Comissão de Regularização Fundiária
Decreto Municipal nº 288/2025

PARA USO EXCLUSIVO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Prenotação nº: _____
Data: _____
Matrícula(s) resultante(s): _____
Observações:

_____

_____

_____

Oficial de Registro de Imóveis

_____

OBSERVAÇÕES LEGAIS:

1. **Esta CRF constitui título hábil para registro da regularização fundiária aprovada, nos termos do art. 42 da Lei nº 13.465/2017.**
2. **O registro da CRF produzirá efeito de instituição e especificação de condomínio, quando for o caso, regido pelas disposições legais específicas.**
3. **O registro da CRF dispensa a comprovação do pagamento de tributos ou penalidades tributárias de responsabilidade dos legitimados, nos termos do §3º do art. 44 da Lei nº 13.465/2017.**

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-28, LT-18 LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO — Processo Administrativo nº 001/2025

Senhor(a) MURILO MARCOS SILVA DA ROCHA,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 28 de setembro de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome I

gov.br Documento assinado digitalmente
MURILO MARCOS SILVA DA ROCHA
Data: 28/09/2026 15:31:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Di
Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-28, LT-17 LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO — Processo Administrativo nº 001/2025

Senhor(a) LEANDRO MOREIRA DE ALMEIDA,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 28 de setembro de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Leandro Moreira de Almeida

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-28, LT-19 LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO — Processo Administrativo nº 001/2025

Senhor(a) LAERTE FRANÇA SILVA,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 28 de setembro de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Laerte França Silva

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

DECLARAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORRENTINA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017,

DECLARA, para os devidos fins, especialmente para instrução de procedimento de Regularização Fundiária Urbana (REURB), que:

O Núcleo Urbano denominado Loteamento São Lázaro, localizado no território do Município de Correntina/BA, configura-se como núcleo urbano informal consolidado, caracterizado por ocupação urbana irregular implantada anteriormente a 22 de dezembro de 1979, sendo classificado como objeto de Regularização Fundiária Urbana inominada (REURB - inominada), nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 13.465/2017.

Declaro, ainda, que há indícios documentais, testemunhais e/ou históricos que comprovam a existência consolidada do núcleo em data anterior à referida.

E, para que produza os efeitos legais, firmo a presente declaração.

Correntina/BA, 21 de outubro de 2026.

_____

CASSIMIRO CASTRO E SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)
MUNICÍPIO DE CORRENTINA/BA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2025
CRF Nº: 084/2026
DATA DE EMISSÃO: 22/10/2026

O MUNICÍPIO DE CORRENTINA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os artigos 30 e 41 da Lei Federal nº 13.465/2017 e o artigo 38 do Decreto Presidencial nº 9.310/2018, CERTIFICA que, atendidos INTEGRALMENTE todos os requisitos legais, foi aprovada a regularização fundiária de núcleo urbano informal, nos termos desta CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF).

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E DO NÚCLEO URBANO

INFORMAÇÕES BÁSICAS	DADOS
Procedimento Administrativo nº	001/2025
Nome do núcleo urbano regularizado	LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO
Localização do núcleo urbano	Ao Norte com a Rua Quintino de Castro, ao Sul com a Rua da Varginha, ao Leste com o Riacho Vermelho e a Rua Lomanto Júnior e ao Oeste com a Rua Otaviano Pereira dos Santos.
Demarcação urbanística	(X) Não foi necessária a realização de demarcação urbanística ( ) Demarcação urbanística realizada nos termos do artigo 11, IV, da Lei nº 13.465/2017, conforme Decreto Municipal nº 481/2025, 11/09/2025, planta e memorial anexos

2. CLASSIFICAÇÃO E MODALIDADE

CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO	MODALIDADE
Organização do núcleo	(X) Parcelamento do solo ( ) Condomínio edilício ou de lotes ( ) Conjunto habitacional
Tipo de regularização	( ) REURB-S (Interesse Social) (X) REURB-E (Interesse Específico)
Rito aplicado	( ) Rito ordinário, nos termos dos artigos 35 a 41 da Lei nº 13.465/2017 (x) Reurb inominada, nos termos do artigo 69 da Lei nº 13.465/2017

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

3. RESPONSABILIDADE DAS OBRAS E SERVIÇOS

( ) Com relação ao projeto urbanístico, consta no memorial o sistema viário, as unidades imobiliárias autônomas, quadras e as suas subdivisões em lotes, o memorial com área, confrontantes, geolocalização do perímetro total, nome das ruas, inscrição imobiliária de cada unidade, áreas e edifícios públicos. As medidas de adequação, de mobilidade, de acessibilidade, de infraestrutura serão delineadas de acordo com as políticas públicas e restrições orçamentárias, cujo cronograma será definido pelo Poder Público Municipal. Não foi notado nenhuma situação de risco ambiental sensível, bem como a regularização jurídica dos imóveis, trará mais elementos e dados para implementação da infraestrutura essencial de abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, energia elétrica domiciliar.

(X) Dispensado cronograma de obras e serviços, considerando que se trata de área urbana consolidada, nos termos do artigo 16-C, §2º, da Lei nº 13.465/2017, não havendo compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.

(X) Núcleo urbano implantado e integrado à cidade, nos termos do artigo 69 da Lei nº 13.465/2017.

(X) Dispensa do PRF por se tratar de núcleo inserido nas hipóteses definidas no § 1º do Art. 31 do Decreto nº 9.310/2018.

4. SITUAÇÃO REGISTRAL

INFORMAÇÕES REGISTRAIS	DADOS
Matrícula da área regularizada	(X) Foi identificada a matrícula nº 668 ( ) Não foi identificada matrícula
Notificação de interessados	Foi realizada a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, nos termos do artigo 20 da Lei nº 13.465/2017, não havendo impugnação no prazo legal

5. UNIDADES IMOBILIÁRIAS REGULARIZADAS

Uma casa residencial, situada na Rua da Varginha, nº 85, no Loteamento Centro Histórico, nesta cidade, construção em alvenarias e blocos cerâmico, tipo comum, fachada de 6,85 metros, com uma porta e duas janelas de alumínio, **CONTENDO**: um hall, uma sala, três quartos, uma cozinha, um banheiro e quintal com área construída de 97,60 m² e respectivo terreno:
LOTE 16 da QD-29 com área de **237,28 m²**, e perímetro de **76,52 m**, medindo e limitando-se: **8,00** metros de frente com a Rua da Varginha; **7,68** metros de fundo com Parte do Lote 06; **30,93** metros do lado direito com o Lote 17; e, **29,90** metros do lado esquerdo com o Lote 15.

5.1. AVALIAÇÃO DO IMÓVEL
Foi atribuído o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

5.2. LISTAGEM DE OCUPANTES

Segue abaixo a listagem completa de ocupantes com a classificação individual de cada ocupante, cuja confecção deu-se a requerimento do próprio beneficiário e que foram catalogados e arquivados em pasta própria todos os documentos de identificação e comprovação do estado de posse com função social:

Quadra	Lote	Beneficiário	Classificação	Direito Real Outorgado
29	**16**	**Eleuza Alves de Matos Monteiro**, brasileira, comerciante, inscrita no RG/CPF sob o nº 407.397.675-34 SSP/BA, filha de Manoel Alves de Matos e Durvalina Alves de Matos, casada sob o regime de Comunhão Parcial de Bens desde o dia 06/02/1997 com **Jacinto Francisco Monteiro da Silva**, brasileiro, aposentado, inscrito no RG/CPF sob o nº 232.392.805-82 SSP/BA, filho de Herminio José da Silva e Izabel Monteiro da Silva; **Ins. Imobiliária: 01.01.031.0453.001**	**REURB-E**	**Legitimação fundiária**

Observação: As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela REURB, sejam imóveis particulares ou bens públicos, serão objeto de regularização diferida a ser promovida em momento posterior ao registro desta CRF.

6. REQUERIMENTO FINAL

Pelo exposto, REQUER que sejam realizados todos os atos necessários para o registro da CRF, aplicando-se, por eventualidade, o saneamento diferido de informações que eventualmente não constem no presente título.

Correntina-BA, 22 de outubro de 2026
Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

Ismael Ribeiro dos Santos Neto
Coordenador da Comissão de Regularização Fundiária
Decreto Municipal nº 288/2025

PARA USO EXCLUSIVO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Prenotação nº: _____
Data: _____
Matrícula(s) resultante(s): _____
Observações:

_____

_____

_____

Oficial de Registro de Imóveis

_____

OBSERVAÇÕES LEGAIS:

1. **Esta CRF constitui título hábil para registro da regularização fundiária aprovada, nos termos do art. 42 da Lei nº 13.465/2017.**
2. **O registro da CRF produzirá efeito de instituição e especificação de condomínio, quando for o caso, regido pelas disposições legais específicas.**
3. **O registro da CRF dispensa a comprovação do pagamento de tributos ou penalidades tributárias de responsabilidade dos legitimados, nos termos do §3º do art. 44 da Lei nº 13.465/2017.**

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb —QD-29, LT-15 LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO— Processo Administrativo nº 001/2025

Senhor(a) GILVANILDO MOREIRA NERY,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 24 de agosto de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb —QD-29, LT-04 LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO— Processo Administrativo nº 001/2025

Senhor(a) ANTÔNIO JOSÉ DOURADO,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

X Antônio José Dourado

Correntina-BA, 24 de agosto de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb —QD-29, LT-16 LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO— Processo Administrativo nº 001/2025

Senhor(a) ELEUZA ALVES DE MATOS MONTEIRO,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 24 de agosto de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Eleuza Matos Monteiro
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb —QD-29, LT-17 LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO— Processo Administrativo nº 001/2025

Senhor(a) JACINTO FRANCISCO MONTERO DA SILVA,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 24 de agosto de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

DECLARAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORRENTINA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017,

DECLARA, para os devidos fins, especialmente para instrução de procedimento de Regularização Fundiária Urbana (REURB), que:

O Núcleo Urbano denominado Loteamento São Lázaro, localizado no território do Município de Correntina/BA, configura-se como núcleo urbano informal consolidado, caracterizado por ocupação urbana irregular implantada anteriormente a 22 de dezembro de 1979, sendo classificado como objeto de Regularização Fundiária Urbana inominada (REURB - inominada), nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 13.465/2017.

Declaro, ainda, que há indícios documentais, testemunhais e/ou históricos que comprovam a existência consolidada do núcleo em data anterior à referida.

E, para que produza os efeitos legais, firmo a presente declaração.

Correntina/BA, 21 de outubro de 2026.

_____
CASSIMIRO CASTRO E SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA — CRF – Nº 085

O MUNICÍPIO DE CORRENTINA, Estado da Bahia, com fundamento nos arts. 40 e 41 da Lei Federal nº 13.465/2017 e no art. 38 do Decreto Federal nº 9.310/2018, CERTIFICA, para os fins do art. 42 da mesma Lei, que, atendidos os requisitos legais e aprovado o projeto de regularização, restou deferida a regularização fundiária do núcleo urbano informal adiante identificado, expedindo-se a presente Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

1. Identificação do núcleo urbano regularizado (art. 41, I e II)

Denominação do núcleo (art. 41, I)	LOTEAMENTO NOVO HORIZONTE 1ª ETAPA
Localização (art. 41, II)	Ao Norte com a Rua João de França Barbosa, ao Sul com o Loteamento Novo Horizonte 2ª Etapa, ao Leste com a Avenida Tancredo Neves e ao Oeste com Confrontante não identificado — Correntina/BA
Decisão de aprovação (art. 40 da Lei)	Ato nº 001/2025, de 11/09/2025

2. Modalidade da Reurb (art. 41, III; art. 13 da Lei)

(X) Reurb-S — Interesse Social (art. 13, I).

( ) Reurb-E — Interesse Específico (art. 13, II).

( ) Ambas — coexistência no mesmo núcleo (art. 5º, § 4º, do Decreto), na forma delimitada no PRF.

3. Natureza da titulação (art. 15 da Lei; art. 8º do Decreto)

(X) Legitimação fundiária (art. 23 da Lei) — aquisição originária da propriedade, livre de ônus.

( ) Legitimação de posse (art. 25 da Lei), conversível em propriedade (art. 26).

( ) Outro instrumento do art. 15 da Lei: _____, conferindo o direito real de _____.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

4. Listagem dos beneficiários (art. 41, V e VI)

Relação dos ocupantes que adquiriram a respectiva unidade - por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro -, com a indicação numérica de cada unidade e a qualificação completa (nome, estado civil, qualificação do cônjuge, regime de bens e data do casamento, profissão, CPF, RG e filiação):

Unid.	Beneficiário (qualificação completa — art. 41, VI)	Classificação	Identificação e Valor do Imóvel	Direito real conferido
01	**Isis Souza da Silva,** brasileira, solteira, maior, assistente administrativo, inscrita no RG sob o nº 3110112 SSP/DF e no CPF sob o nº 004.233.331-86, filha de Reinaldo Pereira da Silva e Maria Gorete Souza da Silva.	**REURB-S**	**LOTE 02 da QD-A, Ins. Imobiliária: 01.05.016.0012.001** **R$- 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**	Legitimação fundiária

As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela Reurb poderão ser objeto de regularização diferida, posterior ao registro desta CRF (art. 54 da Lei).

5. Remissão integrativa ao Projeto de Regularização Fundiária (PRF) – Nº 005

Todos os demais elementos da regularização - localização georreferenciada, perímetro e área total, matrículas e transcrições atingidas, rito de saneamento da titularidade e resultado das notificações, organização do núcleo, responsabilidades pelas obras e serviços do cronograma físico (art. 41, IV), termo de compromisso, plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos - constam do Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I) e das respectivas Peças Complementares, que integram esta CRF para todos os fins, inclusive os dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

6. Requerimento de registro

O Município REQUER ao Oficial do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Correntina/BA o registro desta CRF e do projeto que a integra, com abertura de matrícula para a área total e para cada unidade e o registro dos direitos reais em nome dos beneficiários listados (art. 44, § 1º, I a III, da Lei nº 13.465/2017; art. 40 do Decreto nº 9.310/2018).

Correntina-BA, 22 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-A LT-01, LOTEAMENTO NOVO HORIZONTE 1ª ETAPA — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) REINALDO PEREIRA DA SILVA,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 13 de outubro de 2026

CASSIMIRO CASTRO E SILVA
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-A LT-03, LOTEAMENTO NOVO HORIZONTE 1ª ETAPA — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) VANDERLINO CORREIA DE SOUZA,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 13 de outubro de 2026

CASSIMIRO CASTRO E SILVA
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-A LT-13, LOTEAMENTO NOVO HORIZONTE 1ª ETAPA — Processo Administrativo nº 001/2025.

Senhor(a) IZAIAS JOSÉ DAS NEVES,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):

(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;

( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 13 de outubro de 2026

CASSIMIRO CASTRO E SILVA
Prefeito Interino Municipal

x Elizabete Bezerra das Neves
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Docusign Envelope ID: 28CAB577-AB54-8DEE-8223-0E49E58FDEE0

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-A LT-02, LOTEAMENTO NOVO HORIZONTE 1ª ETAPA — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) ISIS SOUZA DA SILVA,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Assinado por:
Isis Souza da Silva
A17C2A0B6CDD44A...

Correntina-BA, 13 de outubro de 2026

CASSIMIRO CASTRO E SILVA
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

docusign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 28CAB577-AB54-8DEE-8223-0E49E58FDEE0
Status: Concluído
Assunto: Complete com o Docusign: NOTIFICAÇÃO.pdf
Envelope fonte:
Documentar páginas: 1
Assinaturas: 1
Remetente do envelope:
Certificar páginas: 3
Rubrica: 0
Isis Souza
Assinatura guiada: Ativado
adm2@imobiliarialucas.com.br
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Endereço IP: 179.252.148.190
Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Rastreamento de registros

Status: Original
13/10/2026 11:17:07
Portador: Isis Souza
adm2@imobiliarialucas.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Isis Souza da Silva isiscorrentina@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Assinado por: Isis Souza da Silva A17C2A0B6CDD44A... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 2804:214:a14e:73ae:85a3:4c84:547f:b8d1 Assinado com o uso do celular	Enviado: 13/10/2026 11:19:34 Visualizado: 13/10/2026 11:21:47 Assinado: 13/10/2026 11:22:00

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 13/10/2026 11:21:47
ID: a02fcf65-0b49-4898-8038-fbf5d598b6c3

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	13/10/2026 11:19:34
Entrega certificada	Segurança verificada	13/10/2026 11:21:47
Assinatura concluída	Segurança verificada	13/10/2026 11:22:00
Concluído	Segurança verificada	13/10/2026 11:22:00

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico criado em: 09/12/2025 08:29:56
Partes concordam em: Isis Souza da Silva

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, IMOBILIARIA J.LUCAS LTDA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact IMOBILIARIA J.LUCAS LTDA:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: adm2@imobiliarialucas.com.br

To advise IMOBILIARIA J.LUCAS LTDA of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at adm2@imobiliarialucas.com.br and in the body of such request you must state: your

previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from IMOBILIARIA J.LUCAS LTDA

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to adm2@imobiliarialucas.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with IMOBILIARIA J.LUCAS LTDA

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to adm2@imobiliarialucas.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify IMOBILIARIA J.LUCAS LTDA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by IMOBILIARIA J.LUCAS LTDA during the course of your relationship with IMOBILIARIA J.LUCAS LTDA.

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA — CRF – Nº 086

O MUNICÍPIO DE CORRENTINA, Estado da Bahia, com fundamento nos arts. 40 e 41 da Lei Federal nº 13.465/2017 e no art. 38 do Decreto Federal nº 9.310/2018, CERTIFICA, para os fins do art. 42 da mesma Lei, que, atendidos os requisitos legais e aprovado o projeto de regularização, restou deferida a regularização fundiária do núcleo urbano informal adiante identificado, expedindo-se a presente Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

1. Identificação do núcleo urbano regularizado (art. 41, I e II)

Denominação do núcleo (art. 41, I)	LOTEAMENTO RIO RICO
Localização (art. 41, II)	Ao Norte com o Loteamento Jaime Moreira, ao Sul com a Rua da Chácara Major Félix de Araújo, ao Leste com o Loteamento Antônio de França Barbosa e ao Oeste com a Avenida B — Correntina/BA
Decisão de aprovação (art. 40 da Lei)	Ato nº 001/2025, de 11/09/2025

2. Modalidade da Reurb (art. 41, III; art. 13 da Lei)

(X) Reurb-S — Interesse Social (art. 13, I).

( ) Reurb-E — Interesse Específico (art. 13, II).

( ) Ambas — coexistência no mesmo núcleo (art. 5º, § 4º, do Decreto), na forma delimitada no PRF.

3. Natureza da titulação (art. 15 da Lei; art. 8º do Decreto)

(X) Legitimação fundiária (art. 23 da Lei) — aquisição originária da propriedade, livre de ônus.

( ) Legitimação de posse (art. 25 da Lei), conversível em propriedade (art. 26).

( ) Outro instrumento do art. 15 da Lei: _____, conferindo o direito real de _____.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

4. Listagem dos beneficiários (art. 41, V e VI)

Relação dos ocupantes que adquiriram a respectiva unidade - por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro -, com a indicação numérica de cada unidade e a qualificação completa (nome, estado civil, qualificação do cônjuge, regime de bens e data do casamento, profissão, CPF, RG e filiação):

Unid.	Beneficiário (qualificação completa — art. 41, VI)	Classificação	Identificação e Valor do Imóvel	Direito real conferido
01	**Eliene Souza Rodrigues,** brasileira, divorciada, autônoma, inscrita no RG/CPF sob o nº 806.666.125-87 PC/DF, filha de José Paz do Nascimento e Beatriz Souza do Nascimento.	**REURB-S**	Uma casa residencial, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 85, construção em blocos cerâmico, tipo comum, fachada de 8,95 metros, com uma porta e uma janela blindex, **CONTENDO**: uma área aberta, uma garagem, uma sala, uma suíte, dois quartos, uma cozinha, um banheiro, uma área de serviço e quintal com área construída de 141,41 m² e respectivo terreno: **LOTE 14 da QD-II, Ins. Imobiliária: 01.04.036.0275.001** **R$- 200.000,00 (duzentos mil reais)**	Legitimação fundiária

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

02	**Joaquim Vital Gomes,** brasileiro, aposentado, inscrito no RG/CPF sob o nº 554.622.195-04 SSP/BA, filho de Marcelino Vital Gomes e Maria Joaquina Gomes, casado sob o regime de Comunhão de Bens desde o dia 05/06/1965 com **Lormina Augusta Gomes,** brasileira, aposentada, inscrita no RG/CPF sob o nº 008.470.305-98 SSP/BA, filha de Felipe Ferreira da Cruz e Graciana Augusta da Conceição.	**REURB-S**	Uma casa residencial, situada na Rua Otávio Mangabeira, nº 36, construção em alvenarias, tipo comum, fachada de 6,90 metros, com uma porta de ferro **CONTENDO**: uma sala, três quartos, uma cozinha, um banheiro, uma área de serviço e quintal com área construída de 64,00 m² e respectivo terreno: **LOTE 02 da QD-XI, Ins. Imobiliária: 01.04.042.0245.001** **R$- 200.000,00 (duzentos mil reais)**	Legitimação fundiária
03	**Andrelino de Assis Queiroz,** brasileiro, pedreiro, inscrito no RG sob o nº 7197804 PC/GO e no CPF sob o nº 462.133.175-20, filho de Emílio de Assis Queiroz e Maria da Conceição, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens desde o dia 13/09/1996 com **Rivaneide Pereira da Silva Queiroz,** brasileira, operadora de máquinas, inscrita no RG sob o nº 3270494 SSP/GO e no CPF sob o nº 821.699.421-49, filha de José Osmidio da Silva e	**REURB-S**	Uma casa residencial, situada na Rua Otávio Mangabeira s/nº, construção em blocos cerâmico, tipo comum, fachada de 6,90 metros, com uma porta e uma janela blindex, **CONTENDO**: uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro e quintal com área construída de 54,51 m² e respectivo terreno:	Legitimação fundiária

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

	Maria Aurila dos Santos Silva.		**LOTE 11 da QD-XI, Ins. Imobiliária: 01.04.042.0231.001** **R$- 130.000,00 (cento e trinta mil reais)**	
04	**Ivanilza Francisca de Souza,** brasileira, divorciada, lavradora, inscrita no RG sob o nº 0745011357 SSP/BA e no CPF sob o nº 927.989.425-00, filha de Diolino Carlos de Souza e Rosa Francisca de Souza.	**REURB-S**	**LOTE 11-A da QD-XI, Ins. Imobiliária: 01.04.042.0215.001** **R$- 70.000,00 (setenta mil reais)**	Legitimação fundiária
05	**Reinaldo Souza dos Santos,** brasileiro, solteiro, maior, lavrador, inscrito no RG sob o nº 1134305400 SSP/BA e no CPF sob o nº 068.156.285-40, filho de Paulo Barbosa dos Santos e Antônia Souza dos Santos.	**REURB-S**	Uma casa residencial, situada na Rua da Chácara Major Félix de Araújo, s/nº, construção em blocos cerâmicos, tipo comum, fachada de 6,20 metros, com uma porta e um vitrô de ferro, **CONTENDO**: uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro e quintal com área construída de 51,46 m² e respectivo terreno: **LOTE 14 da QD-XI, Ins. Imobiliária: 01.04.042.0160.001**	Legitimação fundiária

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

			R$- 100.000,00 (cem mil reais)	
06	**Paulo Barbosa dos Santos,** brasileiro, lavrador, inscrito no RG sob o nº 0856921823 SSP/BA e no CPF sob o nº 407.400.995-15, filho de Diolino Pereira dos Santos e Verônica Ferreira Barbosa, casado sob o regime de Comunhão de Bens desde o dia 20/06/1975 com **Antônia Souza dos Santos,** brasileira, lavradora, inscrita no RG sob o nº 1306857201 SSP/BA e no CPF sob o nº 050.065.145-07, filha de Boaventura Marques de Souza e Marentina Francisca de Souza	**REURB-S**	Uma casa residencial, situada na Rua da Chácara Major Félix de Araújo, s/nº, construção em alvenarias, tipo comum, fachada de 5,80 metros, com uma porta e uma janela de madeira, **CONTENDO**: uma área aberta, duas salas, três quartos, uma cozinha, um banheiro e quintal com área construída de 69,20 m² e respectivo terreno: **LOTE 14-A da QD-XI, Ins. Imobiliária: 01.04.042.0157.001** **R$- 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)**	Legitimação fundiária

As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela Reurb poderão ser objeto de regularização diferida, posterior ao registro desta CRF (art. 54 da Lei).

5. Remissão integrativa ao Projeto de Regularização Fundiária (PRF) – Nº 005

Todos os demais elementos da regularização - localização georreferenciada, perímetro e área total, matrículas e transcrições atingidas, rito de saneamento da titularidade e resultado das notificações, organização do núcleo, responsabilidades pelas obras e serviços do cronograma físico (art. 41, IV), termo de compromisso, plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos - constam do Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I) e das respectivas Peças Complementares, que integram esta CRF para todos os fins, inclusive os dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.

6. Requerimento de registro

O Município REQUER ao Oficial do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Correntina/BA o registro desta CRF e do projeto que a integra, com abertura de matrícula para a área total e para cada unidade e o registro dos direitos reais em nome dos beneficiários listados (art. 44, § 1º, I a III, da Lei nº 13.465/2017; art. 40 do Decreto nº 9.310/2018).

Correntina-BA, 22 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-II LT-03, LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) ALCINO JOSÉ PEREIRA,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-II LT-14, LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) ELIENE SOUZA RODRIGUES,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:



Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-II LT-15, LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) ESTELITA MARIA DOS SANTOS,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-II LT-13, LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) MAXIMIANA RODRIGUES DE CARVALHO,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-XI LT-03 LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) OZIAS NEVES CHAVES,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Ana Santos Neves

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-XI LT-01 LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) AMBRÓSIO DAVID MEIRA,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Ana Maria Meira

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) IVANILZA FRANCISCA DE SOUZA,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 24 de agosto de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Ivanilza Francisca de Souza
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) EDIANE CORREIA DE SOUZA,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 24 de agosto de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Ediane Correia de Souza
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) JOAQUIM VITAL GOMES,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 24 de agosto de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Antônio Vital Gomes
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) ANDRELINO DE ASSIS QUEIROZ,
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 24 de agosto de 2026

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-XI LT-14-A, LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) PAULO BARBOSA DOS SANTOS
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

x Paulo Barbosa dos Santos
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-XI LT-13, LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) MARCELINO JOAQUIM DE QUEIROZ
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-XI LT-15, LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA CHAVES SILVA
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:
Maria de Fátima Teixeira Chaves Silva

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-XI LT-14, LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) REINALDO SOUZA DOS SANTOS
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

× Reinaldo Souza dos Santos
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-XI LT-06, LOTEAMENTO RIO RICO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) LUIZ PEREIRA GOMES
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Luiz Pereira Gomes
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)
MUNICÍPIO DE CORRENTINA/BA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2025
CRF Nº: 087/2026
DATA DE EMISSÃO: 22/10/2026

O MUNICÍPIO DE CORRENTINA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os artigos 30 e 41 da Lei Federal nº 13.465/2017 e o artigo 38 do Decreto Presidencial nº 9.310/2018, CERTIFICA que, atendidos INTEGRALMENTE todos os requisitos legais, foi aprovada a regularização fundiária de núcleo urbano informal, nos termos desta CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF).

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E DO NÚCLEO URBANO

INFORMAÇÕES BÁSICAS	DADOS
Procedimento Administrativo nº	001/2025
Nome do núcleo urbano regularizado	LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO
Localização do núcleo urbano	Ao Norte com o Rio Correntina, ao Sul com a Praça João Lessa, ao Leste com o Riacho Vermelho e ao Oeste com a Praça João Lessa.
Demarcação urbanística	(X) Não foi necessária a realização de demarcação urbanística ( ) Demarcação urbanística realizada nos termos do artigo 11, IV, da Lei nº 13.465/2017, conforme Decreto Municipal nº 481/2025, 11/09/2025, planta e memorial anexos

2. CLASSIFICAÇÃO E MODALIDADE

CARACTERÍSTICAS DO NÚCLEO	MODALIDADE
Organização do núcleo	(X) Parcelamento do solo ( ) Condomínio edilício ou de lotes ( ) Conjunto habitacional
Tipo de regularização	( ) REURB-S (Interesse Social) (X) REURB-E (Interesse Específico)
Rito aplicado	( ) Rito ordinário, nos termos dos artigos 35 a 41 da Lei nº 13.465/2017 (x) Reurb inominada, nos termos do artigo 69 da Lei nº 13.465/2017

3. RESPONSABILIDADE DAS OBRAS E SERVIÇOS

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

( ) Com relação ao projeto urbanístico, consta no memorial o sistema viário, as unidades imobiliárias autônomas, quadras e as suas subdivisões em lotes, o memorial com área, confrontantes, geolocalização do perímetro total, nome das ruas, inscrição imobiliária de cada unidade, áreas e edifícios públicos. As medidas de adequação, de mobilidade, de acessibilidade, de infraestrutura serão delineadas de acordo com as políticas públicas e restrições orçamentárias, cujo cronograma será definido pelo Poder Público Municipal. Não foi notado nenhuma situação de risco ambiental sensível, bem como a regularização jurídica dos imóveis, trará mais elementos e dados para implementação da infraestrutura essencial de abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, energia elétrica domiciliar.
(X) Dispensado cronograma de obras e serviços, considerando que se trata de área urbana consolidada, nos termos do artigo 16-C, §2º, da Lei nº 13.465/2017, não havendo compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.
(X) Núcleo urbano implantado e integrado à cidade, nos termos do artigo 69 da Lei nº 13.465/2017.
(X) Dispensa do PRF por se tratar de núcleo inserido nas hipóteses definidas no § 1º do Art. 31 do Decreto nº 9.310/2018.

4. SITUAÇÃO REGISTRAL

INFORMAÇÕES REGISTRAIS	DADOS
Matrícula da área regularizada	(X) Foi identificada a matrícula nº 668 ( ) Não foi identificada matrícula
Notificação de interessados	Foi realizada a notificação dos titulares de domínio, dos confinantes e de terceiros eventualmente interessados, nos termos do artigo 20 da Lei nº 13.465/2017, não havendo impugnação no prazo legal

5. UNIDADES IMOBILIÁRIAS REGULARIZADAS

Um prédio comercial e residencial com dois pavimentos, situado na Praça João Lessa, s/nº, no Loteamento Centro Histórico, nesta cidade, construção em alvenarias, blocos cerâmicos e laje, tipo comum, fachada de 7,20 metros, com duas portas de rolar, duas portas de ferro e duas janelas de ferro, **CONTENDO no 1º PAVIMENTO**: duas salas comerciais, uma escada, um banheiro e um depósito com área construída de 46,51 m² e no **2º PAVIMENTO**: uma sala, três quartos, uma cozinha e um banheiro com área construída de 46,51 m² formando um total de 93,02 m² e respectivo terreno:
LOTE 02 da QD-37 com área de **46,51 m²**, e perímetro de **28,67 m**, medindo e limitando-se: **7,20** metros de frente com a Praça João Lessa; **8,48** metros de fundo com o rio Correntina; **4,14** metros do lado direito com o Lote 01; e, **8,85** metros do lado esquerdo com o Lote 03.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

5.1. AVALIAÇÃO DO IMÓVEL
Foi atribuído o valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

5.2. LISTAGEM DE OCUPANTES
Segue abaixo a listagem completa de ocupantes com a classificação individual de cada ocupante, cuja confecção deu-se a requerimento do próprio beneficiário e que foram catalogados e arquivados em pasta própria todos os documentos de identificação e comprovação do estado de posse com função social:

Quadra	Lote	Beneficiário	Classificação	Direito Real Outorgado
37	**02**	**Valdivino José da Silva**, brasileiro, comerciante, inscrito no RG sob o nº 2073504930 SSP/BA e no CPF sob o nº 206.601.385-49, filho de José da Silva e Marcolina Josefa dos Santos, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens desde o dia 18/07/1981 com **Izabel Maria Silva**, brasileira, lavradora, inscrita no RG sob o nº 2374340597 SSP/BA e no CPF sob o nº 494.296.041-04, filha de Olavo de Castro e Silva e Alzira Maria Silva; **Ins. Imobiliária: 01.01.057.0008.001**	**REURB-E**	**Legitimação fundiária**

Observação: As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela REURB, sejam imóveis particulares ou bens públicos, serão objeto de regularização diferida a ser promovida em momento posterior ao registro desta CRF.

6. REQUERIMENTO FINAL
Pelo exposto, REQUER que sejam realizados todos os atos necessários para o registro da CRF, aplicando-se, por eventualidade, o saneamento diferido de informações que eventualmente não constem no presente título.

Correntina-BA, 22 de outubro de 2026
Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

Ismael Ribeiro dos Santos Neto
Coordenador da Comissão de Regularização Fundiária
Decreto Municipal nº 288/2025

PARA USO EXCLUSIVO DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Prenotação nº: _____
Data: _____
Matrícula(s) resultante(s): _____
Observações:

_____

_____

_____

Oficial de Registro de Imóveis

_____

OBSERVAÇÕES LEGAIS:

1. **Esta CRF constitui título hábil para registro da regularização fundiária aprovada, nos termos do art. 42 da Lei nº 13.465/2017.**
2. **O registro da CRF produzirá efeito de instituição e especificação de condomínio, quando for o caso, regido pelas disposições legais específicas.**
3. **O registro da CRF dispensa a comprovação do pagamento de tributos ou penalidades tributárias de responsabilidade dos legitimados, nos termos do §3º do art. 44 da Lei nº 13.465/2017.**

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb —QD-37 LT-03 LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO — Processo Administrativo nº 001/2025

Senhor(a) ZILMA PEREIRA NEVES e LAYANE KLÉCIA PEREIRA NEVES,

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], *NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias,* contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação *não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;*

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, *quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.*

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Zilma pereira Neves
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb —QD-37 LT-01 LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO — Processo Administrativo nº 001/2025

Senhor(a) VANDERLINO RODRIGUES CERRANO

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], *NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias,* contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação *não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;*

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, *quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.*

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Vanderlino Rodrigues Cerrano
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb —QD-37 LT-02 LOTEAMENTO CENTRO HISTÓRICO — Processo Administrativo nº 001/2025

Senhor(a) VALDIVINO JOSÉ DA SILVA

Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], *NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias,* contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no procedimento:

( ) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação *não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;*

(X) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).

Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento, bem como as demais peças que instruem o procedimento (plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos, *quando existentes), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.*

A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será certificada nos autos e consignada na Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017 — dispensado o Projeto de Regularização Fundiária quando incidente o art. 21, § 2º, do Decreto nº 9.310/2018.

Atenciosamente,

Correntina-BA, 14 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Valdivino José da Silva
Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

DECLARAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORRENTINA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017,

DECLARA, para os devidos fins, especialmente para instrução de procedimento de Regularização Fundiária Urbana (REURB), que:

O Núcleo Urbano denominado Loteamento São Lázaro, localizado no território do Município de Correntina/BA, configura-se como núcleo urbano informal consolidado, caracterizado por ocupação urbana irregular implantada anteriormente a 22 de dezembro de 1979, sendo classificado como objeto de Regularização Fundiária Urbana inominada (REURB - inominada), nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 13.465/2017.

Declaro, ainda, que há indícios documentais, testemunhais e/ou históricos que comprovam a existência consolidada do núcleo em data anterior à referida.

E, para que produza os efeitos legais, firmo a presente declaração.

Correntina/BA, 21 de outubro de 2026.

_____
CASSIMIRO CASTRO E SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA — CRF – Nº 088

O MUNICÍPIO DE CORRENTINA, Estado da Bahia, com fundamento nos arts. 40 e 41 da Lei Federal nº 13.465/2017 e no art. 38 do Decreto Federal nº 9.310/2018, CERTIFICA, para os fins do art. 42 da mesma Lei, que, atendidos os requisitos legais e aprovado o projeto de regularização, restou deferida a regularização fundiária do núcleo urbano informal adiante identificado, expedindo-se a presente Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

1. Identificação do núcleo urbano regularizado (art. 41, I e II)

Denominação do núcleo (art. 41, I)	LOTEAMENTO DOURADO
Localização (art. 41, II)	Ao Norte com a Rua da Chácara Major Félix de Araújo, ao Sul com a Rua G, ao Leste com a Rua José Maria Bonfim Vilas Boas e ao Oeste com a Avenida Dr. Vanderlino Neiva Araújo — Correntina/BA
Decisão de aprovação (art. 40 da Lei)	Ato nº 001/2025, de 11/09/2025

2. Modalidade da Reurb (art. 41, III; art. 13 da Lei)

(X) Reurb-S — Interesse Social (art. 13, I).

( ) Reurb-E — Interesse Específico (art. 13, II).

( ) Ambas — coexistência no mesmo núcleo (art. 5º, § 4º, do Decreto), na forma delimitada no PRF.

3. Natureza da titulação (art. 15 da Lei; art. 8º do Decreto)

(X) Legitimação fundiária (art. 23 da Lei) — aquisição originária da propriedade, livre de ônus.

( ) Legitimação de posse (art. 25 da Lei), conversível em propriedade (art. 26).

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

( ) Outro instrumento do art. 15 da Lei: _____, conferindo o direito real de _____.

4. Listagem dos beneficiários (art. 41, V e VI)

Relação dos ocupantes que adquiriram a respectiva unidade - por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro -, com a indicação numérica de cada unidade e a qualificação completa (nome, estado civil, qualificação do cônjuge, regime de bens e data do casamento, profissão, CPF, RG e filiação):

Unid.	Beneficiário (qualificação completa — art. 41, VI)	Classificação	Identificação e Valor do Imóvel	Direito real conferido
01	**Marcus Paulo Sampaio Rocha,** brasileiro, vaqueiro, inscrito no RG sob o nº 1381275494 SSP/BA e no CPF sob o nº 000.362.106-50, filho de Manoel Alves Rocha e Olga Sampaio Rocha, casado sob o regime de comunhão Parcial de Bens desde o dia 20/09/2005 com **Carmelita Maria de Oliveira Sampaio Rocha**, brasileira, auxiliar administrativo, inscrita no RG sob o nº 1111790256 SSP/BA e no CPF sob o nº 022.153.345-17, filha de João Batista de Oliveira e Conceição Maria de Oliveira.	**REURB-S**	Uma casa residencial, situada na Rua I, nº 313, construção em blocos cerâmicos, tipo comum, fachada de 7,50 metros, com uma porta e duas janelas de ferro, **CONTENDO**: uma área aberta, uma sala, quatro quartos, uma cozinha, um banheiro, uma área de serviço e quintal com área construída de 103,50 m² e respectivo terreno: **LOTE 02 da QD-16, Ins. Imobiliária: 01.07.016.0138.001** **R$- 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**	Legitimação fundiária

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela Reurb poderão ser objeto de regularização diferida, posterior ao registro desta CRF (art. 54 da Lei).

5. Remissão integrativa ao Projeto de Regularização Fundiária (PRF) – Nº 005

Todos os demais elementos da regularização - localização georreferenciada, perímetro e área total, matrículas e transcrições atingidas, rito de saneamento da titularidade e resultado das notificações, organização do núcleo, responsabilidades pelas obras e serviços do cronograma físico (art. 41, IV), termo de compromisso, plantas, memoriais descritivos e estudos técnicos - constam do Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I) e das respectivas Peças Complementares, que integram esta CRF para todos os fins, inclusive os dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.

6. Requerimento de registro

O Município REQUER ao Oficial do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Correntina/BA o registro desta CRF e do projeto que a integra, com abertura de matrícula para a área total e para cada unidade e o registro dos direitos reais em nome dos beneficiários listados (art. 44, § 1º, I a III, da Lei nº 13.465/2017; art. 40 do Decreto nº 9.310/2018).

Correntina-BA, 22 de outubro de 2026

Cassimiro Castro e Silva
Prefeito Municipal em Exercício

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-16 LT-02, LOTEAMENTO DOURADO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) MARCUS PAULO SAMPAIO ROCHA
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Marcus Paulo Sampaio Rocha

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-16 LT-01, LOTEAMENTO DOURADO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) DOMÍCIO SERGIO DE OLIVEIRA
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. *20, §§ 3º* e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e *diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF)* e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

DAVI Moreira dos Santos

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-16 LT-07, LOTEAMENTO DOURADO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) ANA MARIA ALMEIDA DA SILVA E JOSÉ FLORÊNCIO DE ALMEIDA
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e *diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF)* e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:
Maria de Lourdes S. de Almeida
Ana Maria Almeida da Silva

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-16 LT-01-A, LOTEAMENTO DOURADO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) CLARICE MOREIRA DOS SANTOS
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. *20, §§ 3º* e *6º*, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e *diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF)* e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:
Clarice Moreira dos Santos

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-16 LT-01-B, LOTEAMENTO DOURADO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) FRANCISCA LUCILENE DE SOUZA BRILHANTE
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. *20, §§ 3º* e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e *diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF)* e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:
Daremi Brompario Guartes Tavares.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

NOTIFICAÇÃO PARA TITULAR DE DIREITO REAL OU CONFRONTANTE

Referência: Procedimento de Reurb — QD-16 LT-03, LOTEAMENTO DOURADO — Processo Administrativo nº 001/2025.
Senhor(a) JOSÉ FLORÊNCIO DE ALMEIDA
Considerando que o imóvel de Vossa Senhoria é [confrontante à área demarcada/regularizada OU de sua propriedade/titularidade de domínio OU vinculado à responsabilidade pela formação do núcleo urbano informal], NOTIFICO-O(A) para que se manifeste, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, no procedimento de regularização fundiária urbana em referência, processado — conforme a via eleita no item 4.1 do Projeto de Regularização Fundiária (PRF):
(X) pela via da demarcação urbanística (arts. 19 a 22 da Lei nº 13.465/2017): a ausência de impugnação no prazo implicará a concordância com a demarcação e a perda de eventual direito de o notificado impugnar o procedimento (art. 20, §§ 3º e 6º, da Lei), ciente de que a notificação não será renovada caso a titulação final outorgada seja a decorrente de usucapião;
( ) pela via ordinária, sem demarcação (art. 31 da Lei nº 13.465/2017): o silêncio no prazo legal será interpretado como concordância com a regularização (art. 31, § 6º).
Encontram-se à disposição para consulta, na sede da REURB, situada na Avenida Professora Laura de Araújo, s/n loja 4, bairro Loteamento Leste, neste Município, os documentos do procedimento — conforme o caso, o auto de demarcação urbanística e sua averbação, ou as buscas e diligências do art. 31 —, bem como o Projeto de Regularização Fundiária (Anexo I da CRF) e as Peças Complementares que o instruem (plantas, memoriais e estudos técnicos), no mesmo local em que será recebida eventual impugnação ou anuência expressa.
A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, e eventuais informações falsas serão encaminhadas para apuração pelas autoridades competentes. Sobrevindo anuência expressa ou decorrido o prazo sem impugnação, a circunstância será consignada no item 4.1 do PRF, que integra a Certidão de Regularização Fundiária (CRF) para todos os fins dos arts. 42 a 44 da Lei nº 13.465/2017.
Atenciosamente,

Correntina-BA, 16 de outubro de 2026

Cassemiro Castro e Silva
Prefeito Interino Municipal

Assinatura do Notificado ou Representante Nome Legal:

Maria de Lourdes S. Almeida

Rua da Chácara Major Félix Araújo, Nº 845, Quadra I, Lote 01, Distrito Leste, Loteamento Antônio de França Barbosa – Correntina - CEP:47.651-304

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 581/2025

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

TERMO ADITIVO DE PRAZO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 581/2025
Termo Aditivo nº 001/2026 • Processo Administrativo nº 257/2025
Pregão Eletronico 032/2025

TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DE PRAZO, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CORRENTINA - BA**, e a empresa **LETSGOV SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORRENTINA - BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 14.221.741/0001-07, com sede à Rua da Chácara, 445, Lot. Antonio de França, Correntina - BA, neste ato representado por seu Prefeito WALTER MARIANO MESSIAS DE SOUZA, conforme competência legal.

CONTRATADA: LETSGOV SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA inscrito (a) no **CNPJ** sob o nº **59.807.457/0001-55**, sediado (a) na **RUA PARÁ, N° 111, ANDAR 2 SALA 05, CENTRO, LUIS EDUARDO MAGALHÃES-BA**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por **JAÍNE SANTOS DE JESUS**, conforme instrumento de representação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CONTRATO ORIGINAL

O presente Termo Aditivo refere-se ao **Contrato Administrativo nº 581/2025**, decorrente do **Processo Administrativo nº 257/2025**, cujo objeto é:

"CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SISTEMA INTEGRADO NA MODALIDADE SOFTWARE AS A SERVICE – SAAS, SENDO A INSTALAÇÃO E HOSPEDAGEM EM NUVEM DISPONIBILIZADO À PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA, E SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO, SEPARAÇÃO DE DOCUMENTOS, HIGIENIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTOS CONTÁBEIS, PROCESSOS LICITATÓRIOS, PASTA DE CONVÊNIOS, FOLHAS DE PAGAMENTO (RH), PASTA DOS SERVIDORES (RH), PROCESSOS DO SETOR DE TRIBUTOS E DEMAIS DOCUMENTOS INCLUINDO DO ACERVO MUNICIPAL QUE O MUNICÍPIO JULGUE NECESSÁRIO À DIGITALIZAÇÃO, COM O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E PESSOAL PARA OPERAÇÃO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA**"**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente renovação fundamenta-se:

- no **art. 107** da Lei nº 14.133/2021 (prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos);
- no interesse público devidamente justificado;
- na vantajosidade da manutenção contratual;
- na regularidade da execução contratual atestada pela fiscalização;
- na existência de **nova dotação orçamentária** para o exercício subsequente.

CLÁUSULA QUARTA – DA RENOVAÇÃO DO PRAZO

Fica **prorrogado o prazo de vigência** do **Contrato Administrativo nº 581/2025** *por mais 12* (doze**) meses, passando a vigorar no período de 29 de setembro de 2026 a 29 de setembro de 2027**, mantidas as demais condições contratuais.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL

O valor global do Contrato Administrativo nº 581/2025 permanece inalterado. A presente prorrogação de prazo não implica em acréscimo financeiro ao valor total contratado, mantendo-se os preços unitários e totais originalmente pactuados, ressalvada a aplicação de reajuste, se cabível, nos termos da legislação e do contrato original.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais cláusulas e condições do **Contrato Administrativo nº 581/2025,** que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado no **Diário Oficial** e no **PNCP**, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, como condição de eficácia.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Correntina - BA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 vias de igual teor e forma.

Correntina 29 de setembro de 2026.

Walter Mariano Messias de Souza
Prefeito Municipal

LETSGOV SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA
CNPJ nº 59.807.457/0001-55
JAÍNE SANTOS DE JESUS

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CONTRATO 542

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 5422026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 542/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA-BA E A EMPRESA DIDACTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE LIVROS LTDA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA, com sede na Rua da Chácara, 445, Loteamento Antônio de França, Correntina/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.221.741/0001-07, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Walter Mariano Messias de Souza, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **DIDACTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE LIVROS LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 58.013.847/0001-90**, sediada na Rua Aluízio de Azevedo, nº 200, sala 506, Empresarial Borba Maranhão, Santo Amaro, Recife/PE, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por CINTYA CHRISTIANY VAZ DE CASTRO LEAL, CPF nº 734.465.804-68, conforme atos constitutivos e/ou procuração constante dos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 142/2026 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, resolve celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 031/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II DA LEI Nº 14.133, DE 2021).

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, ambientação e suporte de equipamentos, mobiliários, materiais e serviços complementares destinados à montagem e estruturação de 02 (dois) ambientes especializados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Correntina/BA, sendo 01 (uma) Sala Multissensorial, baseada na abordagem Snoezelen, e 01 (uma) Sala de Terapia Ocupacional, fundamentada na abordagem de Integração Sensorial de Ayres®, incluindo todos os equipamentos, estruturas, mobiliários, acessórios, insumos, instalação, formação profissional, plataforma digital, guia didático, projeto 3D, supervisão técnica e demais elementos necessários à plena operacionalização dos ambientes, conforme especificações do Edital, Termo de Referência e proposta da CONTRATADA.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
1	Sala Multissensorial - ambiente pedagógico-terapêutico baseado na abordagem Snoezelen, incluindo fornecimento, instalação, ambientação e serviços complementares, conforme proposta e Termo de Referência. Marca/Linha: NeuroEdu.	UNIDADE	1	R$ 94.900,00	R$ 94.900,00

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

2	Sala de Terapia Ocupacional - ambiente terapêutico especializado fundamentado na abordagem de Integração Sensorial de Ayres®, incluindo fornecimento, instalação, ambientação e serviços complementares, conforme proposta e Termo de Referência. Marca: Catataw.	UNIDADE	1	R$ 60.000,00	R$ 60.000,00
R$ 154.900,00					

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO (ARTS 105 A 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12*(doze) meses***, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV E VII DA LEI N° 14.133, DE 2021)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO (ART. 122 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1. Não será admitida a subcontratação sem autorização da contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

5.1. O valor total da contratação é de R$ 154.900,00 (cento e cinquenta e quatro mil e novecentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor contratado é certo para o objeto adjudicado, observados os quantitativos, especificações e preços constantes da proposta da CONTRATADA, e somente poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas na Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V e VI DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do presente contrato.

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município e/ou o órgão municipal competente para adoção das medidas cabíveis quando houver descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

8.1.7.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.7.2. A Administração terá o prazo de ***30 (trinta) dias***, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de ***30 (trinta) dias***.

8.1.9. Notificar o emitente da garantia, quando houver garantia de execução exigida no Edital ou no Termo de Referência, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor**;**

9.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados (inciso II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto,

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.6.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.6.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.6.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

9.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea d, do inciso II, do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.1.16. Apresentar ficha técnica do produto, ou laudo técnico, ou certificação ou outro documento que venha a ser solicitado pelo CONTRATANTE para comprovação do atendimento às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação.

9.1.18. Fornecer todos os equipamentos, estruturas, mobiliários, acessórios e insumos novos, em primeiro uso, compatíveis com as especificações técnicas da contratação e adequados à finalidade educacional e terapêutica prevista;

9.1.19. Executar a instalação e a ambientação completa das Salas Multissensorial e de Terapia Ocupacional, incluindo as ferragens, fixações, ajustes e demais providências necessárias à utilização segura dos equipamentos;

9.1.20. Elaborar e entregar o projeto 3D dos materiais da Sala Multissensorial, considerando o ambiente físico indicado pela Secretaria Municipal de Educação, com representação espacial, fluxos de uso, dimensionamento e disposição dos itens;

9.1.21. Disponibilizar o Guia de Orientações Didáticas e a Plataforma Digital de Apoio Pedagógico previstos na proposta, assegurando suporte técnico e atualizações de conteúdo durante a vigência contratual, sem custos adicionais;

9.1.22. Ministrar formação EAD de 36 (trinta e seis) horas aos profissionais que atuarão no espaço, com emissão de certificado ao final do curso, nos termos da proposta e do Termo de Referência;

9.1.23. Realizar, durante o período de 12 (doze) meses, 02 (duas) supervisões remotas e síncronas com terapeuta ocupacional especializada em Integração Sensorial de Ayres, em horários previamente agendados com a responsável técnica do ambiente;

9.1.24. Observar, na instalação e utilização dos equipamentos suspensos e com movimentos orbitais, todas as orientações de segurança previstas na proposta, inclusive quanto à adequação do espaço, fixações, suportes, distorcedores de corda, áreas livres de obstáculos, almofadas e anteparos de proteção.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a ***5% (cinco por cento)*** do valor total do contrato.

10.2. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por ***30*** dias após o término da vigência

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto ressalvado o disposto no item 10.6 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e

10.6.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária (inciso IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737, de 1979).

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ***05*** *(cinco)* dias úteis, contados da data em que for notificada.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

10.13. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

10.16. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.17. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

11.1. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2, 11.1.3. e 11.1.4 deste Termo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, os casos dos subitens 11.1.5. a 11.1.8, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (§5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. Moratória de ***10% (dez por cento)*** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de ***30% (trinta por cento)*** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.2.4.1.1. O atraso superior a ***08 (oito)*** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória de ***10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)*** sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nos subitens 11.1.5. a 11.1.8.

11.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 11.1.3, de ***10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)*** do valor do Contrato.

11.2.4.4. Para infração descrita no subitem 11.1.2, a multa será de ***10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)*** do valor do Contrato.

11.2.4.5. Para infrações descritas no subitem 11.1.4, a multa será de ***10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)*** do valor do Contrato.

11.2.4.6. Para a infração descrita no subitem 11.1.1, a multa será de ***10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)*** do valor do Contrato:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

cumulativamente com a multa (§7° do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n° 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8° do art. 156 da Lei n° 14.133, de 2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de ***08 (oito)*** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1° do art. 156 da Lei n° 14.133, de 2021):

11.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei n° 14.133, de 2021);

11.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

da Lei n° 14.133, de 2021);

11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei n° 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (*caput* do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do art. 14 da lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CORRENTINA
Unidade: 0401 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER – SMEEL
Projeto Atividade:
2.021 Manutenção das Ações da Secretaria de Educação
2.023 Manutenção das Ações do Ensino Infantil – Creche
2.025 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.3.90.30
Fonte de Recursos: 1500, 1540, 1550, 1569

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES (ART. 124 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO (ART. 94 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO (ART. 92, §1º DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correntina, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

Correntina/BA, 17 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA
Walter Mariano Messias de Souza
CONTRATANTE

DIDACTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE LIVROS LTDA
CNPJ nº 58.013.847/0001-90
Representante: CINTYA CHRISTIANY VAZ DE CASTRO LEAL
CONTRATADO

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CONTRATO 543

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 543/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO **Nº 543/2026,** QUE ENTRE SI CELEBRAM **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA- BA E** A EMPRESA **COMERCIAL MAPEL LTDA** .

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA, com sede na Rua da Chácara, 445, Lot. Antônio de França, na cidade de Correntina, no Estado Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 14.221.741/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Walter Mariano Messias de Souza, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **COMERCIAL MAPEL LTDA**, inscrita no ***CNPJ* sob o nº 11.260.603/0001-49**, sediada na Rua Euzébio de Queiroz, nº520, Dr. Roberto, Santa Maria da Vitória- BA, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por ***Domingos Pereira Portugues de Souza*** inscrito no **CPF nº 185.406.861-04**, conforme atos constitutivos da empresa *OU* procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº *111/2026*** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolve celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente ***do Pregão Eletrônico nº 020/2026***, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II DA LEI Nº 14.133, DE 2021).

1.1. O objeto do presente instrumento é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, descartáveis, utensílios de limpeza e acondicionamento, destinados à manutenção das atividades das Secretarias Municipais, órgãos e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Correntina/BA,** conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Lote 01

Nº	Descrição	Quant.	Unidade de Medida	Valor Unid.(R$)	Valor Total(R$)	Marca

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

1	ÁGUA SANITÁRIA, uso doméstico, a base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5 % p/p. embalagem plástica de 05 litros, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade superior a 06 meses e registro no Ministério da Saúde.	8.500,00	frasco	R$ 3,00	R$ 25.500,00	QBOA
2	Álcool líquido 70%. Álcool etílico 70% incolor pronto para uso, para fins de desinfecção de superfícies fixas, acondicionado em frasco de 1 litro com tampa rosqueável, lacre inviolável e que permita a visualização interna do líquido. Apresentação em embalagem original que deverá conter: dados de identificação, procedência, lote, validade, número de registro na Anvisa/ Ministério da Saúde. Anexar à proposta ficha técnica/catálogo do produto cotado. Amostra para análise do vencedor.	1.500,00	litro	R$ 8,90	R$ 13.350,00	SOL
3	ALVEJANTE LIQUIDO perfumado, Hipoclorito de sódio, alcalinizante, estabilizante, fragrância e água. Princípio ativo: hipoclorito de sódio entre 2,0% e 2,5% p/p. recomendado para uso doméstico em geral com 1 litro.	2.000,00	unidade	R$ 3,97	R$ 7.940,00	QBOA
4	AMACIANTE para roupa, frasco com 2 litro, cloreto de aquil metil amônio, coadjuvantes, fragrância, corante, acidificante e água.	1.000,00	unidade	R$ 9,98	R$ 9.980,00	YPE
5	CERA LÍQUIDA INCOLOR embalagem com 750ml, para todos os tipos de piso, embalado em frascos com tampa e bico dosador.	1.000,00	unidade	R$ 6,50	R$ 6.500,00	POLYTRIZ
6	MULTI INSETICIDA, Mata o mosquito da dengue, base de água, mata diversos tipos de insetos: mosquitos (inclusive o mosquito da Dengue, Zika Vírus e Chikungunya), pernilongos, muriçocas, carapanãs, moscas, baratas, aranhas e pulgas aerosol, embalagem com miminho de 360ml.	2.000,00	unidade	R$ 16,49	R$ 32.980,00	BAYGON
7	ODORIZADOR DE AMBIENTE, aerosol, embalagem com mínimo 360gr.(lavanda, cheirinho de talco, jardim de piônia).	6.000,00	unidade	R$ 8,78	R$ 52.680,00	GALDE
8	DESINFETANTE LIQUIDO, pinho, floral ou lavanda, de uso geral com ação germicida e bactericida, elimina no mínimo 95% das bactérias, rendimento mínimo de 15 litros, embalagem de 2 LITROS.	6.000,00	unidade	R$ 9,79	R$58.740,00	CASA

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

9	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML, para remoção de gorduras, aplicação em utensílios domésticos, contendo tenso ativo biodegradável.	4.000,00	unidade	R$ 2,80	R$ 11.200,00	YPE
10	LIMPA ALUMÍNIO, embalagem com 500ml, detergente ácido, aspecto físico líquido, composição básica tenso ativos aniônicos, corante e água, aplicação limpeza de alumínio.	500,00	unidade	R$ 4,65	R$ 2.325,00	POLITRIZ
11	LIMPA VIDROS, embalagem com 500ml, ótima eficácia e rendimento.	1.000,00	unidade	R$ 3,50	R$ 3.500,00	VEJA
12	LIMPADOR INSTANTÂNEO, multiuso desengorduraste fragrância original, embalagem com 500ml, limpeza de cozinhas, banheiros, pias e fogões.	2.000,00	unidade	R$ 5,90	R$ 11.800,00	VEJA
13	LUSTRA MÓVEIS, embalagem de 200ml, ótima eficácia e rendimento.	300,00	unidade	R$ 6,29	R$ 1.887,00	UAU
14	SOLUÇÃO ÁCIDA, para limpeza a base de ácido muriático, embalagem de 1litro, composição: solução aquosa à base de ácido clorídrico em concentração de aproximadamente 30% m/m, aplicação desincrustante para limpeza pesada.	400,00	frasco	R$ 16,00	R$ 6.400,00	AZULIM
15	SODA CAUSTICA, em escamas, embalagem com 1kg.	200,00	unidade	R$ 21,71	R$ 4.342,00	SOL
16	PEDRA SANITÁRIA, desodorante, fragrâncias diversas, peso mínimo de 25gr, todas inteiras, com suporte para afixação no vaso.	1.000,00	unidade	R$ 2,50	R$ 2.500,00	POLITRIZ
17	GEL HIGIENIZADOR DE MÃOS, antisséptico, coposto de álcool em gel 70% gl, acondicionado em frasco mínimo de 400g.	2.000,00	unidade	R$ 8,90	R$ 17.800,00	ASEPTEGEL
18	SABONETE líquido, cremoso, bactericida, de fragrância agradável, para saboneteiras de banheiros. Embalagem: com 01 litro, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA/Ministério da Saúde.	1.500,00	unidade	R$ 15,90	R$ 23.850,00	PREMISSE
19	Sabonete em barra, suave, com registro na ANVISA, aspecto físico sólido, para higienização, embalagem menino de 85 gr, fragrâncias diversas, primeira linha.	1.000,00	unidade	R$ 2,00	R$ 2.000,00	PALMOLIVE

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

20	SABÃO EM BARRA, composição básica carbonato de sódio, fórmula glicerinada, corante e outras substancias permitidas, especificações ph 1% = 11,5 máximo, alcalinidade livre máximo 0,5%p/p, de glicerina transparente, embalado em saco plástico, pacote com 5 barras.	1.000,00	pacote	R$ 12,18	R$ 12.180,00	YPE
21	SABÃO EM PÓ, caixa com 5kg, aprovado pelo Inmetro, embalado em plástico e caixa de papelão ou plástico, composição: tenso ativo aniônico, coadjuvantes inergistas, branqueador óptico, enzima, tamponante, corante, essência carga e água, contêm enzima com ação biológica que ajuda remover mancha de sangue e ovo, contém alquil benzeno e sulfato de sódio; boa qualidade.	800,00	unidade	R$ 18,00	R$ 14.400,00	YPE
22	SABÃO EM PÓ, caixa com 500gr, aprovado pelo Inmetro, embalado em plástico ou caixa de papelão, composição: tenso ativo aniônico, coadjuvantes inergistas, branqueador óptico, enzima, tamponante, corante, essência carga e água, contêm enzima com ação biológica que ajuda remover mancha de sangue e ovo, contém alquil benzeno e sulfato de sódio; boa qualidade.	5.000,00	unidade	R$ 5,75	R$ 28.750,00	YPE
23	Ácido muriático, desengraxante líquido, cor incolor, solúvel em água, para limpeza geral (leve e pesada) Composição: Ácido sulfônico, fluorídrico, muriático. Frasco de 1 Litro.	400,00	Unidade	R$ 18,00	R$ 7.200,00	START
24	Sabão em pó Lavagem Perfeita recarga 800gg	2.000,00	UND	R$ 8,99	R$ 8.990,00	OMO
25	Sabão Lava Roupa em Pó Sachê 500g	5.000,00	UND	R$ 5.80	R$ 29.000,00	YPE
26	Limpador Desengordurante Profissional	2.000,00	UND	R$ 5,30	R$ 10.600,00	YPE
27	Amaciante Concentrado 1L	1.500,00	UND	R$ 5,30	R$ 1.505,30	YPE
28	Sabão Líquido 5L	1.000,00	UND	R$ 28,00	R$ 28.000,00	URCA
	Total R$435.899,30					

Lote 02

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

1	CANUDOS PLASTICOS 21cm tradicional suco/refrigerante C/ 500 unidades.	50,00	unidade	R$ 29,90	R$ 1.495,00	STAWPLAST
2	COLHER DESCARTÁVEL, acrílico, 13cm de comprimento, pacote com 50 unidades.	3.000,00	pacote	R$ 7,37	R$ 22.110,00	PRAFESTA
3	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE 200 ML, TRANSPARENTE, em resina termoplástica destinada ao consumo de bebidas, não tóxica, transparente, isenta de: materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas. O peso por 100 unidades (cento) do copo deverá ser igual ou superior a 220 gramas. Caixa com 2.500 unidades.	500,00	caixa	R$ 137,00	R$ 68.500,00	CHIACCHIO
4	GUARDANAPO DE PAPEL, mínimo de 24x22cm folha simples resistente, macio e alto poder de absorção. Ideal para uso doméstico ou em sua empresa, restaurante, lanchonete ou bar. Quantidade: 50 unidades. Composição: 100% celulose Medidas: 24cm de largura x 22cm de comprimento.	1.000,00	pacote	R$ 17,00	R$ 17.000,00	FAMILIAR
5	PAPEL ALUMÍNIO, rolo com 45cm x 7,5mt.	800,00	rolo	R$ 9,00	R$ 7.200,00	WYDA
6	PAPEL ALUMÍNIO, rolo com 45cm x 65mt.	500,00	rolo	R$ 50,15	R$ 25.075,00	WYDA
7	PAPEL TOALHA INTERFOLHA, com 1.000 unidades, medindo 21cm x 22cm (com variação de até 1cm), na cor branca; conforme norma da ABNT NBR 15464-7 e 15134; gramatura mínima 29g/m², matéria prima 100% fibras vegetais (papel não reciclado); rotulagem contendo: identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha.	500,00	Unid	R$ 16,00	R$ 8.000,00	TOK
8	PAPEL FILME, isento de furos e rasgos medindo aproximadamente 30cm x 7,50mt, de 1ª qualidade.	100,00	rolo	R$ 32,00	R$ 3.200,00	WYDA
9	FILME EM PVC ESTICAVEL para embalagem de alimentos, transparente, resistente, atóxico e inodoro, dimensões mínimas de 28cm x 30m, embalagem: rolo de 30 metros, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	100,00	rolo	R$ 19,99	R$ 1.999,00	WYDA

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

10	PAPEL FILME, PVC, isento de furos e rasgos medindo, Material resistente, flexível e aderente, dimenções minimas: 300 mt x 28 cm, tranparente, de primeira qualidade.	100,00	rolo	R$ 39,00	R$ 3.900,00	WYDA
11	PAPEL HIGIÊNICO, neutro, folha dupla, branca, fabricado com celulose virgem, não reciclado, isento de partículas lenhosas, metálicas, fragmentos plásticos ou outras substancias nocivas à saúde, de boa qualidade, macio, alta absorção, solúvel em água, na cor branca, sem odor, dimensões mínimas de 10cm x 30m com tolerância de 2% (dois por cento), embalagem com 12 rolos, a embalagem deverá conter o nome do fabricante, a marca, as dimensões, e as indicações de neutro e não reciclado. atender a Norma ABNT-NBR 15464.	2.000,00	Pacotes	R$ 22,77	R$ 45.540,00	VELUDO
12	PAPEL HIGIÊNICO, neutro, folha simples, cor branco,500 metros x 10cm, embalagem mínima de 08 rolos, 100% celulose extra virgem, textura lisa, suavidade, a embalagem deverá conter o nome do fabricante, a marca, as dimensões, e as indicações de neutro e não reciclado. atender a Norma ABNT-NBR 15464.	3.000,00	Pacotes	R$ 23,23	R$ 69.690,00	FAMILIAR
13	DISPENSER, PAEL HIGIÊNICO, compatível com rolos de 300 a 500 metros, Polipropileno (PP), textura fosca, cor branco, dimensões mínimas: 27cmx13cmx27cm, trava de segurança.	200,00	Pacotes	R$ 67,03	R$ 13.406,00	BIG
14	PRATO DESCARTÁVEL, raso, 18cm, pacote com 10 unidade.	3.000,00	pacote	R$ 2,99	R$ 8.970,00	COPOSCCHIO
15	PRATO DESCARTÁVEL, raso, 21cm, pacote com 10unidade.	6.000,00	pacote	R$ 3,13	R$ 18.780,00	COPOSCCHIO
16	Marmitex de alumínio nº09, caixa 100 unid.	100,00	Caixa	R$ 85,00	R$ 8.500,00	ISOBRAS
17	Marmitex de isopor TM 102 com tampa, dimensões: 187 mm x 62 mm, capacidade: 750ml, Caixa: 100 unidades.	500,00	Caixa	R$ 61,20	R$ 30.600,00	ISOBRAS
18	Saquinhos para geladinho - 6x23, 23 cm de comprimento e 6 cm de largura, Saco plástico, em polietileno, medindo 6cm de largura x 23cm de comprimento.Comporta em torno 200ml, liquido. Pacote com 100 unidades.	R$ 500,00	Pct	R$ 5,00	R$ 2.500,00	DJ
19	Saco de papel para pipoca – mínimo de 14,5x7,5cm - Pct com 100 unidades.	R$ 500,00	Pct	R$ 5,32	R$ 2.660,00	DJ

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

20	Saco plástico hot dog mínimo de 21,5 x 10 cm, com 100 Unidades	R$ 500,00	Pct	R$ 4,31	R$ 2.155,00	DJ
21	PAPEL, TOALHA, INTERFOLHADO, 02 DOBRAS, BRANCO, MACIO Sem odor, textura com relevo sensível ao tato 100% fibra celulósica virgem, não reciclado, largura mínima 21 cm e comprimento mínimo 23 cm e máximo 27cm, gramatura mínima 29g/m² embalagem: pacote com 200 folhas, com a marca do fabricante, quantidade de dobras, dimensões, indicação de não reciclado, cor e lote do produto, sendo todos os dizeres na língua portuguesa. Caixa com 10 pacotes com 200 folhas (2.000 FOLHAS), o pacote deverá ser pesado sem embalagem, sem elástico ou qualquer tipo de amarração e ter o peso mínimo de 453 gramas.	2.000,00	Caixa	R$ 24,85	R$ 49.700,00	TOK
Total R$410.975,00						

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO (ARTS 105 A 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12*(doze) meses***, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV E VII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO (ART. 122 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1. Não será admitida a subcontratação sem autorização da contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

5.1. O valor total da contratação é ***R$ 846.874,30 (oitocentos e quarenta e***

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

***seis mil oitocentos e setenta e quatro reais e trinta centavos)*.**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V e VI DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do presente contrato.

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.7.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.7.2. A Administração terá o prazo de ***30 (trinta) dias***, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de ***30 (trinta) dias***.

8.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

com o Código de Defesa do Consumidor**;**

9.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados (inciso II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.6.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.6.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.6.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

9.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea d, do inciso II, do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.1.16. Apresentar ficha técnica do produto, ou laudo técnico, ou certificação ou outro documento que venha a ser solicitado pelo CONTRATANTE para comprovação do atendimento às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

10.1. A contratação poderá contar com garantia de execução, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a ***1% (um por cento)*** do valor total do contrato.

10.2. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por ***30*** dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto ressalvado o disposto no item 10.6 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

Administração, o CONTRATADO ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e

10.6.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária (inciso IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737, de 1979).

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ***05*** *(cinco)* dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

10.16. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.17. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

11.1. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

descritas nos subitens 11.1.2, 11.1.3. e 11.1.4 deste Termo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, os casos dos subitens 11.1.5. a 11.1.8, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (§5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. Moratória de ***01% (um por cento)*** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de ***10% (dez por cento)*** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.2.4.1.1. O atraso superior a ***08 (oito)*** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória de ***10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)*** sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nos subitens 11.1.5. a 11.1.8.

11.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 11.1.3, de ***10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)*** do valor do Contrato.

11.2.4.4. Para infração descrita no subitem 11.1.2, a multa será de ***10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)*** do valor do Contrato.

11.2.4.5. Para infrações descritas no subitem 11.1.4, a multa será de ***10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)*** do valor do Contrato.

11.2.4.6. Para a infração descrita no subitem 11.1.1, a multa será de ***10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)*** do valor do Contrato:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9° do art. 156 da Lei n° 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7° do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n° 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8° do art. 156 da Lei n° 14.133, de 2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de ***08 (oito)*** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1° do art. 156 da Lei n° 14.133, de 2021):

11.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei n° 14.133, de 2021);

11.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n° 14.133, de 2021);

11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (*caput* do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do art. 14 da lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA
Unidade:
0201 GABINETE DO PREFEITO – GABP
0211 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E DESENVOLV. RURAL
0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO
0205 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACÃO
0206 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
0207 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
0208 SECRETARIA MUN. INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS
0209 SECRETARIA MUN. TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
0210 SECRETARIA MUN. DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS
0212 SECRETARIA MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO
Projeto Atividade:
2.005 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito
2.096 Manutenção das Ações da Secret. Agricultura e Desenv. Rural
2.011 Manutenção das Ações da Secretaria de Governo e Planejamento
2.008 Manutenção das Ações da Secretaria de Administração
2.015 Manutenção das Ações da Secretaria da Fazenda
2.070 Manutenção das Ações do Secretaria de Cultura
2.085 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Serviços Públicos
2.074 Manutenção da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio
2.092 Manutenção das Ações da Secret. M. Ambiente e Recursos hídricos
2.078 Manutenção das Ações da Secretaria de Segurança Pública e Trânsito
Elemento de Despesa: 3.3.90.30
Fonte de Recursos: 1500, 1501

Órgão: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CORRENTINA
Unidade: 0401 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER – SMEEL
Projeto Atividade:
2.021 Manutenção das Ações da Secretaria de Educação
2.023 Manutenção das Ações do Ensino Infantil – Creche
2.025 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.3.90.30
Fonte de Recursos: 1500, 1540, 1550, 1569

Órgão: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CORRENTINA
Unidade: 0501 SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
Projeto Atividade:
2.050 Manutenção das Ações da Secretaria de Assistência Social
2.055 Manutenção das Ações da Assistência a Criança e Adolescente
2.056 Manutenção do Bloco da Proteção Social Básica
2.057 Manutenção do Bloco Proteção Social de Média Complexidade
2.060 Índice de Gestão Descentr. de Bolsa Família - Cadastro Único - IGDPBF
Elemento de Despesa: 3.3.90.30
Fonte de Recursos: 1500, 1660, 1661

Órgão: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CORRENTINA

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

Unidade: 0302 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade:
2.038 Manutenção das Ações do Fundo de Saúde
2.041 Manutenção das Ações da Atenção Primária
2.042 Manutenção das Ações da Atenção Especializada
Elemento de Despesa: 3.3.90.30
Fonte de Recursos: 1500, 1600, 1621

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES (ART. 124 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO (ART. 94 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO (ART. 92, §1º DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correntina, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

Correntina, 23 **de setembro de 2026**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA
Walter Mariano Messias de Souza
CONTRATANTE

COMERCIAL MAPEL LTDA
***CNPJ* nº 11.260.603/0001-49**
Representante: *Domingos Pereira Portugues De Souza*
CONTRATADO

ATA N 054

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº *054/2026*.
PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2026
Processo Administrativo n° 111/2026

A Prefeitura Municipal de Correntina, com sede na Rua da Chácara, 445, Lot. Antônio de França, na cidade de Correntina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.221.741/0001-07, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Walter Mariano Messias de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2026**, processo administrativo n.º ***111/2026***, RESOLVE registrar os preços da empresa, **COMERCIAL MAPEL LTDA**, inscrita no ***CNPJ* sob o nº 11.260.603/0001-49**, sediada na Rua Euzébio de Queiroz, n°520, Dr. Roberto, Santa Maria da Vitória- BA, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por ***Domingos Pereira Portugues de Souza*** inscrito no **CPF n° 185.406.861-04,** indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ATA tem por objeto a **Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, descartáveis, utensílios de limpeza e acondicionamento, destinados à manutenção das atividades das Secretarias Municipais, órgãos e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Correntina/BA**, especificado (s) no Termo de Referência, anexo ***no*** Edital de Licitação **nº *020/2026***, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Lote 01

Nº	Descrição	Quant.	Unidade de Medida	Valor Unid.(R$)	Valor Total(R$)	Marca

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

1	ÁGUA SANITÁRIA, uso doméstico, a base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5 % p/p. embalagem plástica de 05 litros, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade superior a 06 meses e registro no Ministério da Saúde.	8.500,00	frasco	R$ 3,00	R$ 25.500,00	QBOA
2	Álcool líquido 70%. Álcool etílico 70% incolor pronto para uso, para fins de desinfecção de superfícies fixas, acondicionado em frasco de 1 litro com tampa rosqueável, lacre inviolável e que permita a visualização interna do líquido. Apresentação em embalagem original que deverá conter: dados de identificação, procedência, lote, validade, número de registro na Anvisa/ Ministério da Saúde. Anexar à proposta ficha técnica/catálogo do produto cotado. Amostra para análise do vencedor.	1.500,00	litro	R$ 8,90	R$ 13.350,00	SOL
3	ALVEJANTE LIQUIDO perfumado, Hipoclorito de sódio, alcalinizante, estabilizante, fragrância e água. Princípio ativo: hipoclorito de sódio entre 2,0% e 2,5% p/p. recomendado para uso doméstico em geral com 1 litro.	2.000,00	unidade	R$ 3,97	R$ 7.940,00	QBOA
4	AMACIANTE para roupa, frasco com 2 litro, cloreto de aquil metil amônio, coadjuvantes, fragrância, corante, acidificante e água.	1.000,00	unidade	R$ 9,98	R$ 9.980,00	YPE
5	CERA LÍQUIDA INCOLOR embalagem com 750ml, para todos os tipos de piso, embalado em frascos com tampa e bico dosador.	1.000,00	unidade	R$ 6,50	R$ 6.500,00	POLYTRIZ
6	MULTI INSETICIDA, Mata o mosquito da dengue, base de água, mata diversos tipos de insetos: mosquitos (inclusive o mosquito da Dengue, Zika Vírus e Chikungunya), pernilongos, muriçocas, carapanãs, moscas, baratas, aranhas e pulgas aerosol, embalagem com miminho de 360ml.	2.000,00	unidade	R$ 16,49	R$ 32.980,00	BAYGON
7	ODORIZADOR DE AMBIENTE, aerosol, embalagem com mínimo 360gr.(lavanda, cheirinho de talco, jardim de piônia).	6.000,00	unidade	R$ 8,78	R$ 52.680,00	GALDE
8	DESINFETANTE LIQUIDO, pinho, floral ou lavanda, de uso geral com ação germicida e bactericida, elimina no mínimo 95% das bactérias, rendimento mínimo de 15 litros, embalagem de 2 LITROS.	6.000,00	unidade	R$ 9,79	R$58.740,00	CASA

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

9	DETERGENTE LÍQUIDO 500 ML, para remoção de gorduras, aplicação em utensílios domésticos, contendo tenso ativo biodegradável.	4.000,00	unidade	R$ 2,80	R$ 11.200,00	YPE
10	LIMPA ALUMÍNIO, embalagem com 500ml, detergente ácido, aspecto físico líquido, composição básica tenso ativos aniônicos, corante e água, aplicação limpeza de alumínio.	500,00	unidade	R$ 4,65	R$ 2.325,00	POLITRIZ
11	LIMPA VIDROS, embalagem com 500ml, ótima eficácia e rendimento.	1.000,00	unidade	R$ 3,50	R$ 3.500,00	VEJA
12	LIMPADOR INSTANTÂNEO, multiuso desengorduraste fragrância original, embalagem com 500ml, limpeza de cozinhas, banheiros, pias e fogões.	2.000,00	unidade	R$ 5,90	R$ 11.800,00	VEJA
13	LUSTRA MÓVEIS, embalagem de 200ml, ótima eficácia e rendimento.	300,00	unidade	R$ 6,29	R$ 1.887,00	UAU
14	SOLUÇÃO ÁCIDA, para limpeza a base de ácido muriático, embalagem de 1litro, composição: solução aquosa à base de ácido clorídrico em concentração de aproximadamente 30% m/m, aplicação desincrustante para limpeza pesada.	400,00	frasco	R$ 16,00	R$ 6.400,00	AZULIM
15	SODA CAUSTICA, em escamas, embalagem com 1kg.	200,00	unidade	R$ 21,71	R$ 4.342,00	SOL
16	PEDRA SANITÁRIA, desodorante, fragrâncias diversas, peso mínimo de 25gr, todas inteiras, com suporte para afixação no vaso.	1.000,00	unidade	R$ 2,50	R$ 2.500,00	POLITRIZ
17	GEL HIGIENIZADOR DE MÃOS, antisséptico, coposto de álcool em gel 70% gl, acondicionado em frasco mínimo de 400g.	2.000,00	unidade	R$ 8,90	R$ 17.800,00	ASEPTEGEL
18	SABONETE líquido, cremoso, bactericida, de fragrância agradável, para saboneteiras de banheiros. Embalagem: com 01 litro, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro ou notificação na ANVISA/Ministério da Saúde.	1.500,00	unidade	R$ 15,90	R$ 23.850,00	PREMISSE
19	Sabonete em barra, suave, com registro na ANVISA, aspecto físico sólido, para higienização, embalagem menino de 85 gr, fragrâncias diversas, primeira linha.	1.000,00	unidade	R$ 2,00	R$ 2.000,00	PALMOLIVE

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

20	SABÃO EM BARRA, composição básica carbonato de sódio, fórmula glicerinada, corante e outras substancias permitidas, especificações ph 1% = 11,5 máximo, alcalinidade livre máximo 0,5%p/p, de glicerina transparente, embalado em saco plástico, pacote com 5 barras.	1.000,00	pacote	R$ 12,18	R$ 12.180,00	YPE
21	SABÃO EM PÓ, caixa com 5kg, aprovado pelo Inmetro, embalado em plástico e caixa de papelão ou plástico, composição: tenso ativo aniônico, coadjuvantes inergistas, branqueador óptico, enzima, tamponante, corante, essência carga e água, contêm enzima com ação biológica que ajuda remover mancha de sangue e ovo, contém alquil benzeno e sulfato de sódio; boa qualidade.	800,00	unidade	R$ 18,00	R$ 14.400,00	YPE
22	SABÃO EM PÓ, caixa com 500gr, aprovado pelo Inmetro, embalado em plástico ou caixa de papelão, composição: tenso ativo aniônico, coadjuvantes inergistas, branqueador óptico, enzima, tamponante, corante, essência carga e água, contêm enzima com ação biológica que ajuda remover mancha de sangue e ovo, contém alquil benzeno e sulfato de sódio; boa qualidade.	5.000,00	unidade	R$ 5,75	R$ 28.750,00	YPE
23	Ácido muriático, desengraxante líquido, cor incolor, solúvel em água, para limpeza geral (leve e pesada) Composição: Ácido sulfônico, fluorídrico, muriático. Frasco de 1 Litro.	400,00	Unidade	R$ 18,00	R$ 7.200,00	START
24	Sabão em pó Lavagem Perfeita recarga 800gg	2.000,00	UND	R$ 8,99	R$ 8.990,00	OMO
25	Sabão Lava Roupa em Pó Sachê 500g	5.000,00	UND	R$ 5.80	R$ 29.000,00	YPE
26	Limpador Desengordurante Profissional	2.000,00	UND	R$ 5,30	R$ 10.600,00	YPE
27	Amaciante Concentrado 1L	1.500,00	UND	R$ 5,30	R$ 1.505,30	YPE
28	Sabão Líquido 5L	1.000,00	UND	R$ 28,00	R$ 28.000,00	URCA
	Total R$435.899,30					

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

Lote 02

1	CANUDOS PLASTICOS 21cm tradicional suco/refrigerante C/ 500 unidades.	50,00	unidade	R$ 29,90	R$ 1.495,00	STAWPLAST
2	COLHER DESCARTÁVEL, acrílico, 13cm de comprimento, pacote com 50 unidades.	3.000,00	pacote	R$ 7,37	R$ 22.110,00	PRAFESTA
3	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE 200 ML, TRANSPARENTE, em resina termoplástica destinada ao consumo de bebidas, não tóxica, transparente, isenta de: materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas. O peso por 100 unidades (cento) do copo deverá ser igual ou superior a 220 gramas. Caixa com 2.500 unidades.	500,00	caixa	R$ 137,00	R$ 68.500,00	CHIACCHIO
4	GUARDANAPO DE PAPEL, mínimo de 24x22cm folha simples resistente, macio e alto poder de absorção. Ideal para uso doméstico ou em sua empresa, restaurante, lanchonete ou bar. Quantidade: 50 unidades. Composição: 100% celulose Medidas: 24cm de largura x 22cm de comprimento.	1.000,00	pacote	R$ 17,00	R$ 17.000,00	FAMILIAR
5	PAPEL ALUMÍNIO, rolo com 45cm x 7,5mt.	800,00	rolo	R$ 9,00	R$ 7.200,00	WYDA
6	PAPEL ALUMÍNIO, rolo com 45cm x 65mt.	500,00	rolo	R$ 50,15	R$ 25.075,00	WYDA
7	PAPEL TOALHA INTERFOLHA, com 1.000 unidades, medindo 21cm x 22cm (com variação de até 1cm), na cor branca; conforme norma da ABNT NBR 15464-7 e 15134; gramatura mínima 29g/m², matéria prima 100% fibras vegetais (papel não reciclado); rotulagem contendo: identificação da classe, marca, quantidade de folhas, dimensão da folha.	500,00	Unid	R$ 16,00	R$ 8.000,00	TOK
8	PAPEL FILME, isento de furos e rasgos medindo aproximadamente 30cm x 7,50mt, de 1ª qualidade.	100,00	rolo	R$ 32,00	R$ 3.200,00	WYDA
9	FILME EM PVC ESTICAVEL para embalagem de alimentos, transparente, resistente, atóxico e inodoro, dimensões mínimas de 28cm x 30m, embalagem: rolo de 30 metros, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	100,00	rolo	R$ 19,99	R$ 1.999,00	WYDA

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

10	PAPEL FILME, PVC, isento de furos e rasgos medindo, Material resistente, flexível e aderente, dimenções minimas: 300 mt x 28 cm, tranparente, de primeira qualidade.	100,00	rolo	R$ 39,00	R$ 3.900,00	WYDA
11	PAPEL HIGIÊNICO, neutro, folha dupla, branca, fabricado com celulose virgem, não reciclado, isento de partículas lenhosas, metálicas, fragmentos plásticos ou outras substancias nocivas à saúde, de boa qualidade, macio, alta absorção, solúvel em água, na cor branca, sem odor, dimensões mínimas de 10cm x 30m com tolerância de 2% (dois por cento), embalagem com 12 rolos, a embalagem deverá conter o nome do fabricante, a marca, as dimensões, e as indicações de neutro e não reciclado. atender a Norma ABNT-NBR 15464.	2.000,00	Pacotes	R$ 22,77	R$ 45.540,00	VELUDO
12	PAPEL HIGIÊNICO, neutro, folha simples, cor branco,500 metros x 10cm, embalagem mínima de 08 rolos, 100% celulose extra virgem, textura lisa, suavidade, a embalagem deverá conter o nome do fabricante, a marca, as dimensões, e as indicações de neutro e não reciclado. atender a Norma ABNT-NBR 15464.	3.000,00	Pacotes	R$ 23,23	R$ 69.690,00	FAMILIAR
13	DISPENSER, PAEL HIGIÊNICO, compatível com rolos de 300 a 500 metros, Polipropileno (PP), textura fosca, cor branco, dimensões mínimas: 27cmx13cmx27cm, trava de segurança.	200,00	Pacotes	R$ 67,03	R$ 13.406,00	BIG
14	PRATO DESCARTÁVEL, raso, 18cm, pacote com 10 unidade.	3.000,00	pacote	R$ 2,99	R$ 8.970,00	COPOSCCHIO
15	PRATO DESCARTÁVEL, raso, 21cm, pacote com 10unidade.	6.000,00	pacote	R$ 3,13	R$ 18.780,00	COPOSCCHIO
16	Marmitex de alumínio nº09, caixa 100 unid.	100,00	Caixa	R$ 85,00	R$ 8.500,00	ISOBRAS
17	Marmitex de isopor TM 102 com tampa, dimensões: 187 mm x 62 mm, capacidade: 750ml, Caixa: 100 unidades.	500,00	Caixa	R$ 61,20	R$ 30.600,00	ISOBRAS
18	Saquinhos para geladinho - 6x23, 23 cm de comprimento e 6 cm de largura, Saco plástico, em polietileno, medindo 6cm de largura x 23cm de comprimento.Comporta em torno 200ml, liquido. Pacote com 100 unidades.	R$ 500,00	Pct	R$ 5,00	R$ 2.500,00	DJ
19	Saco de papel para pipoca – mínimo de 14,5x7,5cm - Pct com 100 unidades.	R$ 500,00	Pct	R$ 5,32	R$ 2.660,00	DJ

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

20	Saco plástico hot dog mínimo de 21,5 x 10 cm, com 100 Unidades	R$ 500,00	Pct	R$ 4,31	R$ 2.155,00	DJ
21	PAPEL, TOALHA, INTERFOLHADO, 02 DOBRAS, BRANCO, MACIO Sem odor, textura com relevo sensível ao tato 100% fibra celulósica virgem, não reciclado, largura mínima 21 cm e comprimento mínimo 23 cm e máximo 27cm, gramatura mínima 29g/m² embalagem: pacote com 200 folhas, com a marca do fabricante, quantidade de dobras, dimensões, indicação de não reciclado, cor e lote do produto, sendo todos os dizeres na língua portuguesa. Caixa com 10 pacotes com 200 folhas (2.000 FOLHAS), o pacote deverá ser pesado sem embalagem, sem elástico ou qualquer tipo de amarração e ter o peso mínimo de 453 gramas.	2.000,00	Caixa	R$ 24,85	R$ 49.700,00	TOK
Total R$410.975,00						

***R$ 846.874,30 (oitocentos e quarenta e seis mil oitocentos e setenta e qutro reais e trinta centavos*).**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o A secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Correntina

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere ao edital, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos no Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos em lei.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CORRENTINA
CIDADE DE TODOS

aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista §2º do art. 27 do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos §3º do art. 26 e §4º do art. 27, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

penalidades estabelecidas no Edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes caso houver.

Correntina, 23 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA
Walter Mariano Messias de Souza
CONTRATANTE

COMERCIAL MAPEL LTDA
***CNPJ* nº 11.260.603/0001-49**
Representante: *Domingos Pereira Portugues De Souza*
CONTRATADO

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PORTARIA Nº 26/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE APOS. VOLUNTÁRIA POR IDADE À SERVIDORA E PORTARIA Nº 27/2026 - APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL PROFESSOR(A) À SERVIDORA.

ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Correntina
IMUPRE - Instituto Municipal de Previdência Social
CNPJ: 16.424.871/0001-72

PORTARIA Nº 26/2026

"Dispõe sobre a Concessão de Benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora, REGINA LÚCIA LOPO".

O **INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IMUPRE** do Município de Correntina, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e considerando o preenchimento dos requisitos legais contidos no artigo 19, I, II e III, art. 44, § 6º, da Lei Complementar nº 020/2009 c/c art. 40, §1º, III, §§ 3º e 8º, da Constituição Federal (direito adquirido) e art. 51, III, da Lei Complementar Municipal nº 055/2022.

CONSIDERANDO o requerimento de benefício previdenciário formulado pela servidora pública municipal;

CONSIDERANDO ainda, o parecer conclusivo emitido pela Assessoria Jurídica Previdenciária do IMUPRE, nos autos do Processo Administrativo nº 43/2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade à servidora REGINA LÚCIA LOPO, inscrita no CPF nº 460.533.601-04, efetiva no cargo de Enfermeiro(a), Nível SUP – Classe B, matrícula n.º 6661, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos calculados pela média aritmética simples das 80% maiores remunerações de todo período contributivo limitado ao valor da ultima remuneração, multiplicado pela proporcionalidade do tempo de contribuição com o tempo necessário para o beneficio, considerando o tempo total de contribuição ratificado de 20 anos, nos termos do 19, I, II e III, art. 44, § 6º, da Lei Complementar nº 020/2009 c/c art. 40, § 1º, III, §§ 3º e 8º, da Constituição Federal (direito adquirido) e art. 51, III, da Lei Complementar Municipal nº 055/2022, conforme descrição na tabela abaixo:

APURAÇÃO DOS PROVENTOS	
Salário	R$ 5.451,12
Quinquênio 15%	R$ 817,67
Remuneração do Servidor no Cargo Efetivo	R$ 6.268,79
APURAÇÃO DA MÉDIA ARITMÉTICA	
Valor Médio Apurado	1.046.154,60/180 = 5.811,97
Tempo de Contribuição	7.499 (20 Anos, 06 Meses e 19 Dias)
Tempo Necessário para Aposentadoria	10.950 dias (mulher)
Proporção do Benefício	(7.499/10.950)*100 = 68,4840%
Valor do Provento Apurado pela Média Aritmética/Provento Integral = R$ 5.811,97 * 68,4840% (Provento Proporcional)	R$ 3.980,27
Valor dos Proventos	**R$ 3.980,27**

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Correntina
IMUPRE - Instituto Municipal de Previdência Social
CNPJ: 16.424.871/0001-72

Art. 2º. O benefício será reajustado na mesma data e percentuais aplicáveis aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (sem paridade), conforme dispõe o artigo 13, da Lei Complementar nº 055/2022.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/10/2026.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Correntina – BA, 23 de outubro de 2026.

LUCIANO NEVES DA SILVA:00628574525
Assinado de forma digital por LUCIANO NEVES DA SILVA:00628574525
Dados: 2026.10.23 11:56:15 -03'00'

LUCIANO NEVES DA SILVA
Diretor Executivo Interino do IMUPRE
Portaria nº 126/2026

Certificação Digital: WDT5BLJL-DLAOWXWI-EMQN23IS-OPNPUMFB
Versão eletrônica disponível em: https://doem.org.br/ba/correntina
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Correntina
IMUPRE - Instituto Municipal de Previdência Social
CNPJ: 16.424.871/0001-72

PORTARIA Nº 27/2026

"Dispõe sobre a Concessão de Benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – Especial Professor(a) à servidora, ZULMIRA SILVA FAISLON".

O **INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IMUPRE** do Município de Correntina, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e considerando o preenchimento dos requisitos legais contidos no artigo 18, I, II, III, IV e V, §§ 1º, 2º e 3º, parágrafo único, c/c art. 20 I, "a" e "b" e § 2º e art. 22, I da Lei Complementar Municipal nº 055/2022 (art. 4º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, III, §§ 5º, 6º e 7º, da EC nº 103/2019),

CONSIDERANDO o requerimento de benefício previdenciário formulado pela servidora pública municipal;

CONSIDERANDO ainda, o parecer conclusivo emitido pela Assessoria Jurídica Previdenciária do IMUPRE, nos autos do Processo Administrativo nº 22.2026.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição – Especial Professor(a) à servidora ZULMIRA SILVA FAISLON, inscrita no CPF nº 400.737.425-20, efetiva no cargo de Professor(a), Nível V – Classe F – 40H, matrícula n.º 2782, lotada na Secretaria de Educação, com proventos integrais, contidos na tabela abaixo, conforme planilha de cálculo emitida no âmbito do Processo Administrativo nº 22/2026, até posterior deliberação:

Composição dos proventos	Valor
Salário	R$ 8.497,13
Quinquênio 25%	R$ 2.124,28
Total dos proventos	**R$ 10.621,41**

Art. 2º. O benefício será reajustado, para preservar-lhe o valor real, na mesma data e pelos mesmos índices aplicados aos servidores municipais em atividade (pela paridade), conforme artigo 22, inciso I, da Lei Complementar nº 055/2022.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º/10/2026.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Correntina – BA, 23 de outubro de 2026.

LUCIANO NEVES DA SILVA:00628574525
Assinado de forma digital por LUCIANO NEVES DA SILVA:00628574525
Dados: 2026.10.23 12:55:59 -03'00'

LUCIANO NEVES DA SILVA
Diretor Executivo Interino do IMUPRE
Portaria nº 126/2026

Praça Rafael Barbosa, s/n, - Centro – CEP: 47.650-000 – E-mail: imuprecorrentina@gmail.com – Correntina - Bahia